

políticas públicas tecnologias **soberania**
agricultura familiar **covid** coletividade
direitos humanos sustentabilidade **usp**
desenvolvimento **fome** cidades **ciência**
alimentação sociedade **emprego** saúde

PROPOSTAS DE COMBATE À FOME E À INSEGURANÇA ALIMENTAR

RELATÓRIO FINAL

sistema alimentar **brasil** merenda **dhaa**
agricultura urbana governança **consea**
insegurança alimentar **pandemia** clima
economia proteção social **agroecologia**
síndemia **pobreza** inteligência artificial

Universidade de São Paulo
Grupo de trabalho USP “Políticas Públicas de Combate à
Insegurança Alimentar e à Fome”

Propostas de combate à fome e à insegurança
alimentar: relatório final

São Paulo
2023

Propostas de combate à fome e à insegurança alimentar: relatório final

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-reitor: Maria Arminda do Nascimento Arruda

REALIZAÇÃO

Grupo de trabalho USP “Políticas Públicas de Combate à Insegurança Alimentar e à Fome”

CONTATO

E-mail: grupocombatefome@usp.br

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	4
1.1 Delimitação do relatório	5
2 INTRODUÇÃO	7
2.1 Fome e insegurança alimentar e nutricional	7
2.2 Fome e insegurança alimentar no Brasil	8
2.3 As políticas públicas	9
2.4 A inteligência artificial como instrumento promotor da articulação	10
2.5 O papel da comunicação ao longo do processo de definição, regulamentação e de implantação das políticas públicas	10
2.6 Metodologias dos estudos desenvolvidos no âmbito do GT	11
3 PROPOSTAS E JUSTIFICATIVAS	15
3.1 Propostas gerais	15
3.2 Propostas para políticas no âmbito municipal com base nos estudos de caso	26
3.2.1 Programa de alimentação escolar: uma análise entre escolas de educação infantil do município de São Paulo	26
3.2.2 Estudo de caso: políticas públicas de combate à insegurança alimentar em Santos – SP	30
3.2.3 Estudo de caso: políticas públicas de combate à insegurança alimentar em Piracicaba – SP	31
3.3 O papel da inteligência artificial no planejamento, implementação, monitoramento e análise de impactos das políticas públicas	33
3.4 Guia de análise da insegurança alimentar para gestores públicos	35
3.5 Plano de comunicação do grupo de trabalho	36
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
5 REFERÊNCIAS	41
APÊNDICE 1	45
APÊNDICE 2	48
APÊNDICE 3	49

1 APRESENTAÇÃO

O grupo de trabalho (GT) USP “Políticas Públicas de Combate à Insegurança Alimentar e à Fome” foi criado pelo então Reitor da Universidade de São Paulo, Prof. Vahan Agopyan, em portaria de 20 de setembro de 2021. Seu objetivo era o de estudar e propor políticas públicas e ações concretas para a melhoria da situação nutricional das populações mais vulneráveis e para a mitigação dos problemas sociais decorrentes.

O grupo, composto por docentes da USP e pesquisadores das mais diversas áreas relacionadas ao tema da fome, alinhou-se em torno do modelo de sistemas alimentares e em conceitos, da fome e segurança alimentar, além de discutir o monitoramento e diagnóstico da situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN). O 1º Seminário USP de Combate à Insegurança Alimentar e à Fome marcou o início das atividades do grupo de trabalho. Essas atividades estiveram estreitamente relacionadas ao objetivo fim dos trabalhos tal como expresso na portaria, na medida em que a discussão sobre os conceitos é parte fundamental do diagnóstico da fome e da insegurança alimentar, e também condição essencial para o estabelecimento de políticas eficazes visando combatê-las.

O monitoramento das políticas públicas foi acompanhado de um diagnóstico acerca do funcionamento e dos resultados obtidos por tais políticas, pela compilação dos indicadores de insegurança alimentar disponíveis, bem como de proposições destinadas ao aperfeiçoamento das medidas em vigor. O grupo de trabalho agiu em consonância com os principais atores envolvidos na formulação de políticas de combate à insegurança alimentar, evitando realizar diagnósticos ou proposições sobre elementos já endereçados pelas políticas existentes e, focando, portanto, em trazer contribuições diferenciadas, que reflitam a multidisciplinaridade dos membros do GT. O GT buscou articulação com grupos de pesquisa e órgãos governamentais e não-governamentais atuantes na investigação e no combate à fome e à insegurança alimentar.

Muitos grupos no Brasil e no exterior se dedicam a estudar fome e insegurança alimentar, tanto oriundos de universidades quanto de organizações da sociedade civil. No entanto, este GT tem algumas especificidades que merecem ser destacadas. Em primeiro lugar, trata-se de um grupo de especialistas das mais diferentes áreas, que se debruçou de forma articulada e conjunta sobre um problema complexo, buscando contribuir com suas visões de forma sistêmica. Em segundo lugar, elegeram-se como marcos teóricos: 1) O sistema alimentar, considerado uma das raízes do problema, alinhando-se desta forma com os documentos mais atuais da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO); 2) O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA); 3) O uso da Ciência de Dados e da Inteligência Artificial como ferramentas importantes para apoio ao entendimento e solução de problemas. Em terceiro lugar, o GT buscou valorizar a comunicação e a divulgação, pelo seu papel

como estimulador das mudanças de comportamento dos diversos segmentos da sociedade, necessárias para se alterar o quadro atual.

Profa. Dra. Sílvia Helena Galvão de Miranda
Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq)
Coordenadora do GT Políticas Públicas de Combate à
Insegurança Alimentar e à Fome

Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)
Vice-coordenador do GT Políticas Públicas de Combate à
Insegurança Alimentar e à Fome

1.1 Delimitação do relatório

Ao longo do mandato do GT, foram desenvolvidos estudos, empíricos ou reflexões críticas da literatura científica, que formaram a base para a formulação de propostas. O objetivo deste relatório é apresentar, de forma sintética e objetiva, estas propostas. Mais adiante, e de forma breve, apresenta-se a metodologia dos vários estudos conduzidos, os quais estão relacionados neste documento, e serão disponibilizados em repositório próprio.

O presente relatório é composto desta apresentação, seguida de uma seção de breve introdução, que tem por objetivo apontar a magnitude e amplitude do problema sob análise, seguida de um resumo sobre o conjunto de métodos e estratégias adotadas na condução dos estudos pelo GT. A seção seguinte apresenta uma compilação das propostas e de suas justificativas, resultantes dos trabalhos do GT. Na primeira parte, relatam-se as propostas gerais e, na segunda parte da seção, as propostas relacionadas aos três estudos de caso desenvolvidos pelo GT - para os municípios do estado de São Paulo - São Paulo (capital), Piracicaba (interior) e Santos (litoral). Seguem, na quarta seção, algumas considerações sobre as contribuições da inteligência artificial e da comunicação para os trabalhos conduzidos.

Na sequência, apresentam-se as referências bibliográficas, a lista dos trabalhos, eventos e produtos elaborados e conduzidos pelo GT, que fundamentam as propostas e suas justificativas, bem como uma lista de artigos, entrevistas e outros produtos divulgados a partir desses trabalhos. Finalmente, listam-se os docentes e bolsistas integrantes do GT e uma pequena biografia de cada um.



INTRODUÇÃO

2 INTRODUÇÃO

2.1 Fome e insegurança alimentar e nutricional

O entendimento sobre o que é a fome impacta diretamente nas medidas que são adotadas para o seu combate. Os relatórios anuais da FAO são o melhor exemplo dessa estreita relação entre diagnóstico dos problemas, definição dos conceitos e formulação de políticas públicas. Para descrever os objetivos alcançados pelas políticas públicas de combate à fome, recorre-se, desde a década de 1970, à noção de Segurança Alimentar. No ano de sua refundação (2004), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, traz, no texto “A Construção de uma Política de Segurança Alimentar”, a seguinte definição:

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.¹

Ou seja, SAN significa acesso a uma alimentação segura, nutritiva e suficiente para erradicar todas as formas de má-nutrição. Ela não se restringe, portanto, à produção e ao consumo de alimentos, mas diz respeito também a todas as etapas das atividades conduzidas nos sistemas alimentares, desde a escolha dos insumos utilizados na produção agropecuária, da tecnologia e sistemas de produção até a etapa pós-consumo, da deposição de resíduos e restos de alimentos.

A Insegurança Alimentar e Nutricional está, então, estreitamente relacionada a um conjunto bastante heterogêneo de fenômenos: as desigualdades sociais, as situações sanitárias, as crises econômicas, a instabilidade política, os deslocamentos populacionais, a modificação de hábitos alimentares, assim como a qualidade das instituições democráticas e as mudanças climáticas, entre outros. Nesse sentido, as propostas deste GT se fundamentam na noção de sistemas alimentares, uma visão sistêmica que engloba todos esses fatores e aspectos ligados à maneira de se produzir, distribuir, consumir e descartar alimentos.

Assim, parece óbvio que, para o enfrentamento do problema da fome e da insegurança alimentar, é necessária a união de esforços multi e transdisciplinares, com o trabalho conjunto de especialistas em agricultura, meio-ambiente, urbanização, saúde, economia, antropologia, história, engenharia, nutrição, comportamento alimentar, comunicação e políticas públicas, entre muitos outros. A construção de sistemas alimentares saudáveis é indissociável da formulação de políticas públicas que articulem as diversas partes desse ambiente complexo, e que envolve desde a produção de

¹https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/textos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf

alimentos, passando pela sua distribuição e comercialização, bem como pelas condições de consumo. Daí o foco deste GT na elaboração de propostas que visam aperfeiçoar as políticas públicas existentes, de novas políticas e estratégias que incidam sobre as diversas dimensões dos sistemas alimentares, inclusive para ampliar o papel da sociedade civil no combate à fome.

2.2 Fome e insegurança alimentar no Brasil

Josué de Castro, nos anos 1940, denunciou a fome no Brasil em sua obra “Geografia da Fome”, um relato sobre as condições sociais em que se encontrava a população brasileira. Em 1993, cerca de meio século depois, o sociólogo Herbert de Souza (Betinho), por meio da Ação pela Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, fomentou o debate sobre a SAN dos brasileiros e sobre o acesso a alimentos no país. Este movimento deu notoriedade ao quadro dramático da existência de 32 milhões de miseráveis nos campos e nas cidades (Maluf et al., 1996; Belik, 2003; Pedrotti e Silva, 2022).

Progressivamente, e não só no Brasil, à medida que o conceito de segurança alimentar ganhava complexidade, eram utilizados indicadores visando captar e mensurar suas várias dimensões. Isso levou ao desenvolvimento, ainda no início dos anos 1990, de indicadores diretos e com validade aceitável para medir a Segurança Alimentar das famílias, tal como o *Household Food Security Survey Module – HFSSM*, nos EUA (Bickel 2000; Nord et al., 2002). Esta escala foi adaptada e validada para uso no Brasil, com a denominação de Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), adotada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018. É uma escala psicométrica, que avalia de maneira direta uma das dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional em uma população, por meio da percepção e da experiência com a fome (Segall-Corrêa e Marin-Leon 2009).

A PNAD, realizada em 2004, 2009 e 2013, revelou uma importante redução da insegurança alimentar em todo o país. Em 2013, a parcela da população em situação de fome havia caído para 4,2% - o nível mais baixo até então. Isso fez com que a FAO excluísse o Brasil do Mapa da Fome divulgado periodicamente. No entanto, entre 2013 e 2018, segundo dados da PNAD e da POF 2017/18, a insegurança alimentar grave teve um crescimento anual de 8,0%, evidenciando a volta do Brasil ao referido mapa.

Com a pandemia de COVID-19, este quadro se agravou. Os resultados do “I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”, desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), mostram que nos três meses anteriores à coleta de dados (de 5 a 24 de dezembro de 2020), apenas 44,8% dos lares estavam em situação de segurança alimentar. Ou seja, habitantes de 55,2% dos domicílios conviviam com algum grau de insegurança alimentar, um aumento de 54% desde 2018. Em números absolutos, no período abrangido pela pesquisa, 116,8 milhões de brasileiros não tinham acesso pleno e permanente a alimentos. Desses, 19,1 milhões (9% da população) estavam passando fome (insegurança alimentar grave) (Rede PENSSAN, 2021), número que aumentou para 33,1 milhões de acordo com o II Inquérito Nacional, em 2022 (Rede PENSSAN, 2022).

O DHAA, garantido constitucionalmente, engloba a resolução da questão alimentar, desafio ainda mais complexo do que somente promover a distribuição de alimentos ou estimular iniciativas localizadas de geração de empregos. Estas ações são, indubitavelmente, indispensáveis, mas precisam ser articuladas com outras voltadas para os demais aspectos problemáticos do sistema alimentar vigente, desde a produção até o armazenamento, processamento, distribuição e o padrão de consumo. Estes aspectos e, conseqüentemente, as ações devem levar em consideração questões ambientais, antropológicas, tecnológicas e muitas outras que forçam a uma reflexão multidisciplinar e ao estabelecimento de uma estratégia integrada de enfrentamento do problema.

2.3 As políticas públicas

Na ótica tradicional das políticas públicas, a fome tem sido interpretada como resultado da oferta insuficiente de alimentos, de modo que a solução viria com o aumento da produtividade agrícola e a regulação da oferta, por exemplo, via formação de estoques. Nos períodos de alta inflação, o controle da elevação dos preços dos alimentos era o foco das políticas públicas no Brasil. Apesar da ausência de articulação entre políticas de distintas áreas para o combate à fome, no passado, diversas políticas acabaram contribuindo para melhorar a segurança alimentar, como a chamada modernização da agricultura, com incentivo à pesquisa, extensão rural e crédito subsidiado, além de construção de uma infraestrutura de distribuição (Monteiro et al, 2014), do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), de 1976 e alguns subsídios ao consumidor (ex.: para o leite e o gás de cozinha). Apesar do crescimento da produção agropecuária e da oferta de alimentos, a Fome e a Insegurança Alimentar e Nutricional não foram erradicadas no Brasil, tornando mais evidente sua vinculação à falta de renda e ao baixo poder de compra de grande parte da população brasileira.

O controle da inflação alcançado pelo Plano Real (1994) teve impactos indiretos positivos sobre a Segurança Alimentar, ao reduzir os preços dos alimentos (Farina et al, 2005). Em 1995, foi criado o Programa Comunidade Solidária, com o propósito de coordenar as ações governamentais voltadas para o atendimento da parcela da população desprovida de meios para garantir suas necessidades básicas, e combater a fome e pobreza. A inovação foi o chamamento à sociedade civil para se engajar nesse combate. Em 2003, esse Programa foi substituído pelo Fome Zero, que foi priorizado pelo governo federal, e contou com a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. No escopo do Fome Zero, foi criado o Programa Bolsa Família, unificando diversos programas de transferência de renda, o que representou um avanço institucional.

Apesar desses avanços, ainda há espaços para aperfeiçoamentos, sobretudo na identificação dos cidadãos que permanecem excluídos das políticas públicas. A necessária articulação entre áreas da política pública - educação, saúde, agricultura, infraestrutura e outras foi ocorrendo, embora ainda hoje convivendo com dificuldades para viabilizar a implementação das políticas federais em âmbito dos municípios. A recente pandemia de COVID-19 mostrou a fragilidade das políticas de segurança alimentar existentes para fazer frente a choques de grande magnitude (Zingbagba et al.,

2019). Essa crise refletiu-se em impactos socioeconômicos mundiais, e, em particular no Brasil, agravou a fragilidade das instituições responsáveis pela implementação dessas políticas, diante do ambiente político pouco previsível, comprometendo os avanços em articulação e participação da sociedade civil que levaram décadas para serem alcançados.

2.4 A inteligência artificial como instrumento promotor da articulação

Como ressaltado, a fome e a insegurança alimentar são problemas complexos, multifacetados, que envolvem diversos fatores, causas e atores. por conseguinte, o entendimento desses flagelos e seu combate demandam que se leve em conta muitas variáveis, dados e tomadores de decisões com objetivos distintos. Isso traz desafios enormes que não podem ser abordados sem o apoio da computação.

Em particular, a ciência de dados e a inteligência artificial possuem um papel muito importante para auxiliar na articulação das atividades que visam à superação desses desafios. o objetivo final é a disponibilização de ferramentas de análise e auxílio à tomada de decisão, permitindo a avaliação de diversos cenários considerados relevantes pelos diferentes atores envolvidos. Para se chegar a esse objetivo, porém, há uma série de etapas que devem ser conduzidas, tendo por premissas as perguntas às quais se quer responder, o problema específico que se quer compreender e resolver.

Uma maneira de organizar o trabalho é considerando-se o chamado ciclo de vida dos dados e suas etapas, já que os dados são um importante fundamento de todo o processo. As etapas específicas propostas para este trabalho estão descritas na seção seguinte. Cabe ressaltar, desde já, contudo, que a metodologia desenvolvida do ponto de vista da inteligência artificial funcionou como articuladora das atividades dos diferentes subgrupos de trabalho, promovendo uma sinergia e ambiente multidisciplinar.

2.5 O papel da comunicação ao longo do processo de definição, regulamentação e de implantação das políticas públicas

A comunicação tem papel essencial para o sucesso de uma política pública e não somente para assegurar a transparência em sua execução, mas ao longo de todo o processo regulatório, desde a identificação das prioridades da sociedade, passando pelo planejamento da intervenção do Estado sobre o objeto da regulação, pela sua implementação, e também para dar conhecimento à sociedade de seus resultados e integrar a percepção da mesma sobre sua efetividade. A comunicação permeia como requisito praticamente todas as propostas apresentadas na seção anterior, como elemento essencial para reduzir conflitos na atividade de regulação ao se definir políticas, fortalecendo o apoio às ações engendradas tanto pelos governos quanto pela sociedade civil. O combate à fome e da insegurança alimentar, problema tão complexo no Brasil, requer uma estratégia de comunicação pública.

Koçouski (2013, p. 54) considera a comunicação pública como uma ação comunicativa direcionada ao interesse público, a partir de um agente que tem a responsabilidade de reconhecer e atender o direito que os cidadãos têm à informação e à participação

em assuntos de relevância para a condição humana ou para a vida em sociedade. Tem como objetivos promover a cidadania e mobilizar o debate de questões relativas à coletividade e, em estágios mais avançados, promover negociações e consensos. A materialização do planejamento de comunicação se faz por meio de um plano que tem como objetivos fazer o diagnóstico estratégico da organização e definir as grandes diretrizes e estratégias de comunicação (Kunsch, 2003).

2.6 Metodologias dos estudos desenvolvidos no âmbito do GT

Os aspectos macroeconômicos relacionados à fome foram abordados utilizando duas estratégias. Foi realizada uma oficina com especialistas da Esalq-USP na temática de Macroeconomia, Distribuição de Renda, e Riqueza e Pobreza, em setembro de 2022, e a partir de questões abertas, promoveu-se uma discussão sobre as principais causas da insegurança alimentar no Brasil. Na sequência, uma revisão bibliográfica baseada, inclusive, nas recomendações dos especialistas foi elaborada para dar sustentação ao diagnóstico da oficina.

A segunda abordagem, cujos resultados estão apresentados no estudo “Pobreza, insegurança alimentar e consumo alimentar no Brasil e no estado de São Paulo”, compreendeu a estimação de modelos lógicos para avaliar o efeito de vários condicionantes sobre a insegurança alimentar medida pela EBIA, bem como outras análises estatísticas sobre a desigualdade da distribuição de renda e a situação da pobreza no Brasil.

No estudo “Insegurança alimentar e índices de massa corporal em adultos e crianças evolução entre 2013 e 2018 no Brasil”, foram analisados os dados de frequências relativas das diferentes categorias antropométricas para os anos de 2013 e 2018, obtidas no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) (<https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/>). A renda domiciliar per capita, o índice de Gini, e a taxa de desemprego nas unidades da federação, obtidos no site do IBGE (<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>) serviram como base para a estimação de coeficientes de correlação (Pearson e Spearman) das frequências relativas de cada uma das categorias antropométricas com a frequência de domicílios em situação de insegurança alimentar grave nas unidades da federação, para o período referido. Foram construídos intervalos de confiança para a prevalência de cada categoria antropométrica.

A questão da Agricultura Familiar foi tratada a partir da realização de oficinas com especialistas, principalmente da Esalq-USP, com atuação nas áreas de extensão rural, economia, sociologia, antropologia, agricultura orgânica, nutrição, entre outras, realizadas em junho de 2022. Com base nos elementos apontados durante as oficinas, foi realizado um levantamento bibliográfico de modo a verificar e corroborar os principais achados na interação entre os especialistas.

Nos estudos de caso para as cidades de Santos e de Piracicaba, além da revisão bibliográfica, inclusive com exame de documentação das reuniões de comissões e outros colegiados municipais atuantes na temática de política pública e relacionadas às questões de segurança alimentar, foram conduzidas entrevistas com agentes públicos municipais, a partir de roteiros de questões abertas. Dados estatísticos de produ-

ção, comercialização de alimentos e gastos públicos com alimentação também foram considerados nos estudos.

No relatório “Programa de alimentação escolar: uma análise entre escolas de educação infantil do município de São Paulo”, o objetivo foi delimitar e discutir a governança do programa de alimentação escolar (PAE) no nível da entidade executora.² A hipótese subjacente foi que o arranjo institucional do PAE no nível local é determinante para o entendimento dos desafios e das potencialidades presentes na sua implementação – de acordo com as diretrizes nacionais e com a legislação prevista nos diferentes níveis federativos. O caso das escolas de educação infantil de São Paulo, em particular, é ilustrativo das diversas possibilidades existentes no que diz respeito à conformação das regras e às formas de gestão da alimentação escolar, ampliando a complexidade da análise. Foram realizadas 22 entrevistas com 42 agentes estratégicos para a implementação do programa no município – atuantes em entidades públicas, privadas e em espaços institucionalizados de participação da sociedade civil. Ou seja, o trabalho sistematizou e analisou as percepções adquiridas a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas junto às partes interessadas na proposição de ações.

Três estudos integram o relatório “Estudos sobre Segurança Alimentar e Políticas Públicas de Combate à Fome”. No mapeamento das políticas e iniciativas públicas de combate à InSAN e à fome em andamento no município de São Paulo, foram realizadas entrevistas com atores/gestores das secretarias municipais e da sociedade civil. No segundo estudo, quali-quantitativo, foram entrevistadas mulheres moradoras do Grajaú, cujas famílias tinham menores em sua formação, atendidas em uma das duas instituições parceiras do estudo (Instituto Anchieta Grajaú - IAG - e Centro de Educação e Recuperação Nutricional - CREN), com o objetivo de identificar a situação de InSan, pelo EBIA, características da alimentação, utilizando as questões sobre alimentação oriundas da pesquisa e Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) e quais políticas e iniciativas públicas de combate à fome e à insegurança alimentar eram percebidas e referidas pelas mulheres entrevistadas. No terceiro estudo, investigou-se o consumo de alimentos de acordo com a segurança/insegurança alimentar dos brasileiros, usando dados do módulo de consumo efetivo individual conduzido na POF-2017/18 (IBGE). A quantidade de alimentos consumidos (reunidos em 20 grupos) foi transformada em quantidade consumida em grama/per capita/dia, sendo aplicados fatores de correção para os alimentos consumidos, para desconsiderar a fração não comestível; as estimativas de consumo de alimentos pela população brasileira foram obtidas por meio do uso dos fatores de expansão da POF e da complexidade do desenho amostral da pesquisa. O EBIA foi adotado na POF 2017-2018 para classificação das famílias, de acordo com a situação de insegurança alimentar.

Os pesquisadores do grupo de Políticas Públicas realizaram o seu estudo sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a partir de idas a campo, entrevistas presenciais e encontros on-line realizados ao longo de pouco mais de 11 meses.

²Adota-se a nomenclatura Programa de Alimentação Escolar (PAE) justamente porque a análise foi realizada no âmbito subnacional.

O principal objetivo da pesquisa foi o de contribuir com o debate sobre a relação entre participação social e o desenvolvimento das políticas públicas, analisando criticamente a experiência de implementação do PNAE na cidade de São Paulo.

No mapeamento das políticas e iniciativas públicas de combate à insegurança alimentar e à fome em andamento no município de São Paulo, os pesquisadores tomaram como objeto o tema da participação social, tanto de um ponto de vista abrangente, analisando as estruturas de participação da Secretaria Municipal de Educação; quanto específico, com enfoque em um bairro do distrito do Grajaú, na Zona Sul de São Paulo, onde se realizou levantamento e análise das instituições e iniciativas locais. Em ambos os casos, buscou-se compreender a efetividade da aplicação de políticas públicas no município, e os elementos que podem impactar sua efetividade. Já na abordagem específica, analisou-se um bairro do distrito do Grajaú, a saber, a Ilha do Bororé, buscando demonstrar como a herança participativa de uma determinada localidade pode inverter o sentido comumente considerado de que as políticas públicas partem das instâncias estatais em direção à comunidade.

Os pesquisadores do grupo de Inteligência Artificial conduziram seus trabalhos considerando estratégias para contribuir e interagir com as diferentes áreas de atuação dos demais pesquisadores do GT e considerando etapas de ciclo de vida dos dados. A interação com especialistas de diferentes aspectos da questão buscou definir ou validar premissas e métodos, assim como para discutir resultados.

Essas etapas incluíram: a identificação de bases de dados com potencial relevância para o problema da fome; a coleta e fusão de dados, englobando variáveis ambientais e físicas, variáveis sociais econômicas relevantes; a análise de qualidade dos dados considerando diferentes critérios; a extração de conhecimento utilizando ferramentas e técnicas de estatística tradicional e aprendizagens supervisionada e não supervisionada; a análise exploratória dos dados e de resultados dos modelos; a visualização dos dados e resultados dos modelos por meio de ferramentas gráficas e considerando aspectos espaciais, temporais, e espaço-temporais, gerando figuras, mapas e gráficos como apoio à análise e tomada de decisão.

O desenvolvimento dos trabalhos teve interação direta com outras iniciativas em andamento no Centro de Inteligência Artificial (C4AI) da USP, em seu eixo Agribio.

As atividades deste GT implicaram na necessidade de uma visão complexa e multidisciplinar, já que reuniu saberes das mais diversas áreas do conhecimento. Neste contexto, a comunicação teve a missão de reunir, entender, multiplicar, disseminar os conhecimentos gerados e aproximar todos os atores envolvidos neste projeto em suas necessidades de diálogo e debate. A equipe de Comunicação desenvolveu um plano estratégico de difusão das etapas do trabalho das diversas equipes, bem como das conclusões preliminares e das propostas que compõem este relatório.



PROPOSTAS E JUSTIFICATIVAS

3 PROPOSTAS E JUSTIFICATIVAS

3.1 Propostas gerais

Proposta 1. Estabelecer e reforçar políticas públicas abrangentes por meio de programas de renda mínima e de capacitação para melhorar a empregabilidade. Priorizar como alvo as mulheres dos grupos mais vulneráveis.

Justificativa. A renda é determinante para garantir a segurança alimentar. Constatou-se no estudo que, apesar da importância para as entrevistadas que participavam do programa de transferência de renda do governo, uma queixa generalizada de que eram priorizados os pagamentos de despesas ordinárias como o aluguel, e apenas depois se dirigiam os recursos para aquisição de alimentos. Havia uma expectativa, entre as entrevistadas, de que a participação nesses programas de transferência fosse temporária, e que a situação de emprego e geração própria de renda desse as condições para o adequado suporte às suas necessidades.

Institucionalizar um programa de renda mínima permanente aos moldes do Bolsa Família, evitando descontinuidade com as trocas de governo e garantindo previsibilidade de renda aos beneficiados, bem como valorizar o salário-mínimo, que é uma espécie de “farol” ou referência para os rendimentos mais baixos, foi uma das recomendações mais importantes e uníssonas que emergiram da oficina sobre o tema Macroeconomia, corroborada pela literatura especializada.

Considera-se que a principal causa da insegurança alimentar, entendida como restrição de acesso a alimentos suficientes, é a insuficiência de renda ou o baixo poder aquisitivo. Não há limitação de produção e de oferta de alimentos no Brasil, mas, sim, uma enorme desigualdade da distribuição de renda e alto nível de pobreza. O IPEA (Barros et al., 2007 e 2008) evidencia a importância relativa do controle da inflação e dos ganhos reais no salário-mínimo, além das políticas de transferência, para reduzir essa desigualdade e a pobreza. Um estudo econométrico (JESUS et al., 2022) deste GT mostra que a probabilidade de insegurança alimentar está diretamente associada à pobreza e às desigualdades regionais, sendo a baixa renda domiciliar per capita o principal determinante da insegurança alimentar. Isto reforça a relevância dos programas de transferência de renda bem focalizados para mitigar a insegurança alimentar.

A institucionalização do Programa de Renda Mínima é essencial até que o país equacione seus problemas estruturais, promovendo a melhoria da escolaridade, da infraestrutura social, e da geração de empregos com condições de igualdade para mulheres, pretos e pardos, e com ênfase nas regiões Norte e Nordeste. Segundo Hoffmann (2014), entre 2003 e 2012, o Programa Bolsa Família foi responsável por cerca de um 1/5 da redução observada no grau de desigualdade da distribuição da

renda no país. Resultado significativo, tendo em vista que nesse período a participação média do programa na renda total declarada foi inferior a 1%.

O estudo econométrico do GT apontou, ainda, que a probabilidade de Insegurança Alimentar aumenta quando a pessoa de referência é mulher, preta ou parda e quando cresce o número de pessoas por cômodo; é maior também para empregados sem carteira de trabalho assinada, empregados domésticos ou trabalhadores por conta própria. Por outro lado, a probabilidade de insegurança alimentar é menor quando aumenta a escolaridade da pessoa de referência; em domicílios com infraestrutura social; em áreas rurais e em domicílios chefiados por agricultores familiares; e, ainda, nos domicílios em que há pessoas com menos de 18 anos.

Proposta 2. Ampliação e atualização do Cadastro Único, de forma a garantir que todos os brasileiros que necessitem tenham acesso aos programas sociais de transferência de renda.

Justificativa. Esta recomendação foi discutida durante a oficina com especialistas em questões macroeconômicas e sociais, e justificada pelo Cadastro Único constituir uma base de dados que serve para identificar e conhecer as pessoas e famílias mais vulneráveis do país e, assim, ajudar o Governo Federal a desenvolver políticas públicas voltadas para essa população. Ao se inscrever ou atualizar seus dados no Cadastro Único, o cidadão está apto a participar de diversos programas sociais dos governos federal, estadual, municipal e do Distrito Federal. A inscrição no Cadastro Único garante que o governo direcione os serviços e benefícios a quem realmente precisa, aos mais pobres e vulneráveis, mas é necessário também garantir uma revisão periódica desta base. Os instrumentos de inteligência artificial podem contribuir para automatizar o processo de revisão e monitoramento.

Proposta 3. Fortalecer as ações de educação alimentar e nutricional para a população, nos âmbitos federal, estadual e municipal, pelos vários setores da sociedade (governo, sociedade civil, iniciativa privada) e profissionais de saúde e educação, incluindo as escolas. O objetivo é orientar a aquisição adequada de alimentos e preparação de refeições que possam aproveitar ao máximo os alimentos, evitando o seu desperdício e perdas nutricionais. Nesse sentido, é necessário haver, por parte das administrações públicas, planos estratégicos de comunicação, que em conjunto com outros setores, desenvolvam ações de educação alimentar e nutricional.

Justificativa. Os dados do estudo evidenciaram que, mesmo possuindo alguma renda ou tendo acesso a algum tipo de auxílio financeiro ou em espécie (doação de alimentos), a situação de insegurança alimentar persiste. Algumas entrevistadas do estudo do GT comentaram que, para poder lidar com estas dificuldades, recorriam a estratégias ("manobras") para evitar o desperdício de alimentos e/ou aproveitá-los integralmente.

Assim, a capacitação em educação alimentar e nutricional pode reforçar e aprimorar as práticas referidas pelas entrevistadas quanto à compra, preparo e descarte adequados dos alimentos para otimizar os recursos e as qualidades nutricionais das refeições. Devemos reconhecer a importância da comunicação pública como processo de entendimento, de análise, de troca, de interação, que promova o relacionamento, o questionamento, o compartilhamento de informações e ideias, em uma rede complexa de atores e de meios, voltada para o interesse público.

Proposta 4. Criar e capacitar uma rede de gestores públicos municipais para a difusão de boas práticas na formulação, implementação e monitoramento das políticas de SAN.

Justificativa. A pesquisa de campo corrobora os achados da literatura que apontam para desempenhos distintos das políticas de SAN em diversos municípios, apesar de operarem no mesmo ambiente institucional. Constataram-se também falhas de coordenação entre diferentes órgãos da administração pública na implementação e no monitoramento das políticas de SAN. A pesquisa de campo identificou igualmente diferentes modelos de gestão sem uma avaliação objetiva da efetividade das políticas de SAN. Experiências locais com impactos positivos poderiam ser difundidas.

Proposta 5. Elaboração de um guia para a análise da situação e para o desenho de políticas de SAN para gestores municipais.

Justificativa. A padronização de procedimentos para a identificação da natureza e das causas da insegurança alimentar permite alcançar maior eficácia e eficiência das políticas de SAN, bem como o aperfeiçoamento contínuo de métodos e procedimentos.

Proposta 6. Construir plataformas on-line no âmbito municipal para a coordenação de organizações e iniciativas locais da sociedade civil para a mitigação da insegurança alimentar.

Justificativa. Organizações da sociedade civil e indivíduos têm disposição para doar recursos para mitigar a insegurança alimentar, particularmente em situações de crise, mas o alcance das iniciativas espontâneas é limitado pela dificuldade de doadores e receptores encontrarem-se.

Proposta 7. Agregar às políticas de SAN do município de São Paulo, e que possuem caráter emergencial (como doações de cestas básicas), outras políticas de caráter estruturante. Por exemplo, na produção de alimentos, dar apoio aos agricultores familiares, incentivar a agricultura urbana e periurbana; na distribuição, favorecer equipamentos de venda de alimentos in natura; no que se refere ao comportamento do consumidor, implementar ações de Educação Alimentar e Nutricional.

Justificativa. No âmbito das secretarias municipais de São Paulo, foram identificadas variadas ações/iniciativas dirigidas às várias etapas dos Sistemas Alimentares para o combate à Fome e à Insegurança Alimentar e Nutricional. A maior parte das ações apresentava características emergenciais (doação de alimentos) e não atingia a po-

pulação estudada (famílias do Grajaú). Muitas das iniciativas existentes já vinham sendo implementadas como parte das atividades regulares de cada secretaria, antes da pandemia e, segundo os relatos no momento das entrevistas, continuaram durante a pandemia. Diversas ações eram dirigidas a uma população de vulnerabilidade social, seja aquela localizada na periferia da cidade ou em situação de rua, independente de cor, raça, religião ou idade. Ações emergenciais foram desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) durante o período da pandemia, dirigidas às populações mais vulneráveis e, portanto, tinham prazo para terminar. Portanto, é necessário que se implementem políticas de longo prazo, mais abrangentes e sustentáveis do ponto de vista dos sistemas alimentares.

Proposta 8. Ao se desenhar e propor políticas públicas sobre SAN, é preciso também garantir a disponibilidade, atualização, acessibilidade e confiabilidade dos dados que as embasam. Acessibilidade, propriedade, proteção, padronização, entre outros aspectos devem ser previstos e alvo também das políticas públicas. A Lei de Acesso à Informação deve ser implementada de modo cada vez mais abrangente e detalhado em todos os órgãos e entes públicos.

Justificativa. O combate à fome depende de diagnósticos precisos e ágeis, e da perspectiva histórica dos fatos e ações e, para tanto, são necessários dados. Coleta, armazenamento, processamento de dados são custosos, muitas vezes envolvem informações sigilosas e, todo este ambiente se torna ainda mais complexo quando várias áreas, agentes, organizações e instituições estão envolvidas, como é o caso das questões ligadas à SAN. Portanto, a definição de uma política de dados é essencial para garantir o sucesso das políticas públicas de combate à fome. Embora esteja em vigor desde maio de 2012, a implementação da Lei de Acesso à Informação não é plena, conforme experiência dos trabalhos e dos pesquisadores envolvidos no GT. Como medida estruturante e essencial para o planejamento, execução e monitoramento de políticas para SAN, ela não pode estar à mercê de mudanças nos mandatos políticos e equipes técnicas.

Proposta 9. Apoiar a continuidade da participação do Brasil nas iniciativas de dados abertos Parceria para Governo Aberto³ (Open Government Partnership-OGP) e Rede GO FAIR Agro⁴, e promover sua articulação no país, para dados relacionados ao setor agropecuário e agroindustrial e à insegurança alimentar, particularmente aqueles gerenciados por órgãos públicos.

Justificativa. As duas iniciativas têm, separadamente, se dedicado a dados de interesse para o combate à fome e à insegurança alimentar e em ambas, há participação de pesquisadores do GT, que, a partir das atividades conduzidas nos dois fóruns, identificaram complementaridades e sobreposições. É fundamental que haja apoio

³Parceria para Governo Aberto - <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategias-e-politicas-digitais/politicas-e-planos-de-acao-para-governo-aberto>

⁴Go FAIR Agro - <https://www.go-fair-brasil.org/agro>

governamental, pois muitos dos dados de interesse são gerados e custodiados por entes governamentais, que precisam se comprometer com a abertura dos dados, superando dificuldades técnicas, de recursos, ou mesmo políticas que têm gerado atrasos e resistências internas.

Proposta 10. Implementação e fortalecimento de estruturas de interinstitucionalidade e intersetorialidade componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), sobretudo as Câmaras de Gestão Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional Municipais (CAISAN) e os Conselhos Municipais de Segurança Alimentar (COMSEA).

Justificativa. Tais instrumentos podem qualificar o processo de construção, monitoramento e avaliação das políticas públicas de SAN no âmbito municipal, sensibilizando os gestores públicos para um olhar holístico e plurissetorial sobre as questões do combate à insegurança alimentar e à fome. Mais além, podem garantir o pleno direito da sociedade civil em exercer o controle social e a participação nas políticas de SAN. Ainda que o SISAN exista desde 2006, somente em 2010 foi instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) que estabeleceu os quatro elementos fundamentais para estruturação do SISAN: os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), as Câmaras de Gestão Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), as Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional (CSAN) e os Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional (PlanSAN), em um modelo que deve ser replicado nas três esferas de governo, por meio da adesão dos níveis estadual e municipal. No início de 2019, o CONSEA foi extinto pelo governo federal, resultando na descontinuidade da implementação do SISAN, fato este percebido nos estudos de casos de São Paulo, Santos e Piracicaba.

Proposta 11. No âmbito das ações de comunicação, concomitante ao fortalecimento dos mecanismos de acompanhamento e avaliação das políticas públicas e iniciativas existentes de combate à fome e à insegurança alimentar, garantir a disponibilização e acesso às informações sobre os resultados dessas iniciativas, de forma a fortalecer a transparência e os mecanismos de controle social.

Justificativa. Verificou-se a falta de atualização dos dados nas plataformas online. Observou-se uma debilidade por ausência e/ou desatualização de dados no site de algumas das secretarias, ou pelos caminhos que não eram claros para a localização dos arquivos ou os arquivos não estavam disponíveis para que pudessem ser acessados.

Proposta 12. Promover ações de educação para a cidadania, para reconhecimento por parte da população dos seus direitos fundamentais e das políticas públicas de combate à fome e à insegurança alimentar, de modo a promover o esclarecimento de como acessar os programas existentes.

Justificativa. No estudo empírico no Grajaú, município de São Paulo, as entrevistadas relataram que não conseguiam ter acesso às políticas públicas e outras as desconheciam. Identificou-se, ainda, que muitas das entrevistadas entendiam, com naturalidade, a

sua situação de insegurança alimentar e não compreendiam que seus direitos à alimentação adequada estavam sendo violados.

Proposta 13. Desenvolver ações integradas entre instituições públicas - governos federal, estadual e municipal e as universidades e escolas técnicas, com o objetivo de promover a articulação entre as atividades destas e as respostas às demandas da sociedade.

Justificativa. As Universidades (USP, UNESP e Unicamp), FATECs e o Centro Paula Souza, como instituições públicas do estado de São Paulo, além das instituições federais aqui sediadas, têm por objetivo formar profissionais para o mercado, e gerar conhecimento para dar resposta às necessidades da sociedade, em particular de grupos menos favorecidos. Ações de extensão são fundamentais para que esse conhecimento chegue ao seu destino. Convênios e parcerias podem ser firmados entre esses entes, aproveitando seus objetivos e iniciativas comuns. Isso contribuirá para dar oportunidades de desenvolvimento para seus estudantes, para capacitação e melhoria do corpo técnico de agentes públicos, fortalecendo a capacidade técnica para prestação de serviços de assistência, destacadamente, aos agricultores familiares. Todos se beneficiarão com a formação de pessoas mais bem capacitadas ao exercício profissional, com especial impacto esperado nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Há a referir a demanda reprimida por parte das secretarias municipais, de técnicos para analisar e os dados gerados em seus programas, sem poder aplicá-los em projetos mais eficientes.

Proposta 14. Fortalecer a política federal de estoque de alimentos básicos, de forma a evitar oscilações abruptas em seus preços.

Justificativa. Embora os preços reais históricos dos alimentos básicos no Brasil não estejam em tendência de alta, há ciclos e oscilações que abrem espaço para políticas de estoques de alimentos, de modo que se atenuem os impactos das crises e outros choques sobre os preços da cesta básica.

É preciso repensar os espaços das políticas de estoque de alimentos no Brasil. Em momentos de crises, tal como a crise econômica iniciada em 2014, agravada pela COVID-19, há grandes oscilações nos preços dos alimentos básicos, afetando imediata e significativamente a segurança alimentar dos mais pobres. Os especialistas ouvidos na oficina sobre Macroeconomia e Questões sociais, entendem que, do lado da oferta, é importante continuar garantindo condições para a produção de alimentos a preços acessíveis, e que não há evidências de que as exportações brasileiras resultem em oferta insuficiente de alimentos domesticamente, ou mesmo que causem preços irrazoáveis. As exportações, pelo contrário, criaram viabilidade para o uso de tecnologias e escalas da produção, contribuindo para a queda nos preços relativos da agropecuária brasileira

registrada nos últimos 50 anos. Entre 1975 e 2020, a queda real nos preços agropecuários foi de 65% (Barros, 2022, p. 150). Os especialistas entendem que os preços dos alimentos estão vinculados a uma estrutura globalizada de mercado; e que, por sua vez, os preços internos dos alimentos estão em linha com as cotações e custos dos mercados internacionais, independentemente dos volumes que o Brasil está exportando. Mesmo para os alimentos em que o Brasil não tem participação significativa no mercado externo, seus preços estão bastante vinculados aos preços internacionais (Barros, 2022).

Proposta 15. Promover a continuidade, expansão e integração de Programas como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Crédito, Programa Territórios da Cidadania em nível federal; Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO), Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias/CATI, em nível estadual, e mesmo Programa Territórios da Cidadania - Embrapa.

Justificativa. Há diversas políticas públicas, destacadamente em nível federal, de fortalecimento da agricultura familiar, entre elas PNAE, PAA, PRONAF, que foram sistematicamente sucateadas no último governo e/ou não estão sendo aplicadas em sua potencialidade. Também existem políticas em âmbitos estadual e municipais que merecem incrementos para a sua real efetivação. Há que estimular a articulação de todas essas políticas públicas, alojadas em diferentes ministérios, secretarias e institutos de pesquisa, que, em conjunto, poderão potencializar a organização da produção na agricultura familiar, acesso ao crédito e à comercialização e apoio técnico.

Os estudos de caso de Santos e Piracicaba apontaram que, entre 2010 e 2022, não houve execução de projetos do PAA nesses municípios. No município de São Paulo, os projetos totalizaram somente 1,18 milhão de reais em 2021 e não houve projetos em 2022, sendo que no mesmo período considerado, o ano de maior execução neste município foi 2014, com cerca de 95,5 milhões de reais.

Proposta 16. Desenvolver mecanismos que envolvam a formalização dos agricultores familiares, de modo a favorecer sua maior inserção no sistema de comercialização e distribuição dos alimentos que produzem, e acesso às políticas públicas a eles voltadas. Entre tais mecanismos podem estar incluídos a alocação de recursos (financeiros e humanos) para a implementação dos projetos, incremento da infraestrutura rural (melhoria de estradas, telefone, internet), e assistência técnica para cadastramento e regularização de documentos.

Justificativa. O quadro atual aponta para a dificuldade dos agricultores familiares para se

manterem formalizados, particularmente a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e os problemas de acesso das comunidades às políticas públicas, visto que muitas chamadas e editais são via internet, o que restringe o acesso a um grupo específico de produtores - alguns não têm nem mesmo telefone. Destacam-se, ainda, as incipientes estruturas de comercialização e logística como meios de transporte, estradas etc. Há também dificuldades relacionadas à documentação de regularização da terra, emissão de nota fiscal, de ajuste a normas sanitárias (Serviço de Inspeção Municipal - SIM, Serviço de Inspeção Federal - SIF, Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA). É necessário fomentar a assistência técnica, com formação de equipes que possam dar orientação e amparo aos produtores na participação dos editais de compras públicas de alimentos; no ajustamento técnico sanitário e fitossanitário; na regularização de documentação e até mesmo em orientações para sua organização associativista. É preciso incentivar o contato direto, de preferência institucional, entre os atores envolvidos.

Na oficina de especialistas e nas entrevistas com representantes de órgãos públicos no município de Piracicaba, a dificuldade de o produtor regularizar a DAP e manter sua atualização foi relatada. A falta de recursos dos órgãos competentes, financeiros e pessoal, para as atividades de campo, com vistas a realizar deslocamentos para visitas nas propriedades rurais e orientar os agricultores familiares foi uma das questões apontadas como limitação para a regularização da DAP e implementação dos programas voltados à Agricultura Familiar. Uma evidência disto é que dos 336 registros totais no município, somente 40 estavam ativos em 2022.

Importante: a exigência da DAP foi substituída pelo Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) (Portaria SAF/MAPA n.293 de 19/12/2022). O CAF é o instrumento para identificar e qualificar o público beneficiário da Política Nacional da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326/2006), a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), os Empreendimentos Familiares Rurais e as formas associativas da agricultura familiar (cooperativas agropecuárias e associações rurais).

Proposta 17. Políticas de incentivo e valorização dos Sistemas Agrícolas Tradicionais (SAT) com inclusão ao mercado, seja de nicho ou aberto, e articulação dos agricultores locais aos ciclos locais de consumo, com a integridade de seus territórios garantida e seus produtos integrados, da floresta à mesa do consumidor.

Justificativa. As populações tradicionais, detentoras do conhecimento tradicional e do manejo da biodiversidade, têm sido apontadas por órgãos internacionais como cada vez mais importantes para a alimentação do século XXI. A FAO, desde 2005, tem identificado os GIAHS - *Globally Important Agricultural Heritage Systems* em diferentes países, reconhecendo sistemas resilientes que combinam biodiversidade, tradição e inovação nas práticas agrícolas e modo de vida. O relatório da ONU 05/2019 - Platafor-

ma Intergovernamental de Política Científica sobre Biodiversidade e Serviço Ecossistêmicos (IPBES) defendeu a conexão entre biodiversidade, segurança alimentar e água limpa. A pesquisa do Banco Mundial (World Bank, 2010), *International Assessment of Knowledge Science and Technology for Development* (IAASTD), apontou que o futuro da agricultura e do mundo rural será determinado pelo modo como os agrupamentos humanos sejam capazes de gerir a diversidade das espécies, dos solos e dos ecossistemas em que vivem. Entretanto, a maior parte dos detentores desse conhecimento – os povos e comunidades tradicionais – encontram-se na invisibilidade, silenciados por pressões econômicas, fundiárias, processos discriminatórios e de exclusão sociopolítica.

Sobre a alimentação dos Xavante da aldeia Etenhiritipá da Terra Indígena Pimentel Barbosa, no estado do Mato Grosso, Santos (2022) identificou que existe uma tendência ao abandono das atividades tradicionais de caça e coleta, visto o somatório de fatores externos limitantes, como a demarcação de terras, o processo de sedentarização de um povo tradicionalmente com mobilidade espacial, o avanço da fronteira agrícola, a diminuição da fauna cinegética e de espécies silvestres para a coleta; o acesso a novas tecnologias e novos mercados; o desinteresse das gerações mais jovens, etc. O cenário que se apresenta é de perigo crescente, pois existe a adesão à comida industrializada, com o consequente aumento da dependência de recursos externos, reduzindo a autonomia do grupo e comprometendo sua segurança e soberania alimentar. Nesse sentido, tem-se mostrado fundamental preservar todos os aspectos da cultura alimentar que se mantém organizados e presentes como garantia de que a situação de transição e readaptação ao novo contexto e realidade, não se converta em uma situação de dependência de instituições e auxílios governamentais, evitando um processo de aculturação.

Proposta 18. Promover o fortalecimento de canais ou circuitos de comercialização curtos para os alimentos produzidos pela agricultura familiar e comunidades tradicionais, via processos participativos. Além das feiras e varejões públicos, cita-se a importância dos contratos de aquisição desses produtos via PNAE, mas também a necessidade de desenvolvimento de iniciativas que introduzam e fortaleçam a presença destes produtos no varejo local, tal como o incentivo ao processamento artesanal e certificação/rotulagem.

Justificativa. Em todas as regiões do Brasil pode-se identificar atividades de produção, processamento e comercialização de alimentos oriundos da agricultura familiar, com necessidade de superação de desafios para livre circulação em feiras locais regulares. O maior gargalo apontado na agricultura familiar é a comercialização dos produtos, com a dificuldade de comercialização de numerosas variedades, mas em pequenas quantidades; dificuldade de oferta de produtos em quantidades pré-determinadas; regularidade de produção, padronização e qualidade, insegurança no cumprimento

de contrato. Há que se estimular a abertura de novos mercados e circuitos curtos para a sustentabilidade do pequeno produtor e das suas organizações, de acordo com as suas especificidades. Os processos participativos são ideais para intervenções como estas, pois assim pode-se encontrar alternativas às particularidades de cada público em todo o processo, o qual deve ser flexível para incorporar essas diferenças.

Caso de sucesso: no município de Piracicaba, conforme informações no sítio da Secretaria Municipal de Educação (SME), atualmente a Divisão de Alimentação e Nutrição (DAN) adquire suco natural de laranja, leite em pó, arroz, feijão, além de hortaliças e iogurte dos agricultores familiares da região, que já estão organizados em cooperativas. Em 2022, 43,1% da verba do PNAE foi destinada para aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar, sendo que a média entre 2011 e 2020 atingiu cerca de 41,2%. O sucesso desta execução foi mencionado nas entrevistas e oficinas. Alguns dos produtos agrícolas demandados pelos consumidores não são produzidos na região, evidenciando-se a possibilidade do fomento à produção local e coordenação para sua comercialização também na região. Ao analisar o perfil de produtos que circulam na Ceagesp em Piracicaba, notou-se que as verduras têm sido atendidas pela produção local, mas muitos dos legumes ainda são abastecidos pela agricultura de outras regiões.

Este diagnóstico evidencia o potencial de expansão e diversificação da agricultura familiar, sendo recomendável o planejamento desse desenvolvimento de forma integrada entre a produção e os canais curtos de comercialização no município e entorno. Ao se levar em conta o uso do solo agrícola no município, é importante relatar que cerca de 89% da área plantada em Piracicaba, ainda foram destinados à cana-de-açúcar, segundo dados do SIDRA/IBGE para 2019.

Proposta 19. Propor um programa estadual de incentivo às hortas urbanas, contendo orientações para gestores públicos municipais. É importante que o programa compreenda os seguintes elementos: como incorporar previsão na legislação orgânica dos municípios; apoio técnico na estruturação das hortas; como fazer o diagnóstico das áreas disponíveis; possibilidades/mecanismos de financiamento e possibilidade de modelos que engajem a sociedade civil; possibilidade de promover as hortas via escolas públicas entre outros.

Justificativa. Com base nos relatos obtidos na população estudada, constatou-se que nem sempre era possível obter todos os alimentos necessários para uma alimentação saudável, adequada e de qualidade, tanto pela questão da renda quanto pela falta de disponibilidade de locais que vendessem alimentos in natura a baixo custo. Além disso, as hortas têm o potencial de melhorar o acesso a alimentos mais baratos e de melhor qualidade nutricional, a geração de renda, de estimular a cidadania e a inclusão, e favorecem a biodiversidade local.

O Programa de Hortas Solidárias Urbana (MUNICÍPIO DE SANTOS, 2019) foi criado por lei municipal em 2019. Consulta à Prefeitura Municipal de Santos via Portal da Transparência - Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) sobre o número de hortas implantadas, resultou na informação de que, até maio de 2022, não havia hortas implantadas. O diagnóstico produzido pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA-SP (SÃO PAULO, 2022), em 2017, junto ao município de Santos, apontou como estratégia para auxiliar no combate à insegurança alimentar ações por parte do poder público municipal que estimulem a produção da agricultura familiar urbana e periurbana. Faz-se presente no município de Santos a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral do Estado de São Paulo (CATI), que pode colaborar com a Prefeitura para fomentar a efetiva implantação do Programa, bem como prestar assistência técnica aos munícipes em atendimento às normas do Programa. A efetiva implantação desse Programa municipal possibilitaria o acesso a alimentos frescos e com preço acessível, em especial para pessoas em situação de vulnerabilidade. Além disso, poderia ser um meio para garantir trabalho e renda para uma parte da população.

Proposta 20. Estimular a implantação de hortas comunitárias, sacolões e estratégias de aproximação entre os pequenos agricultores e os consumidores, especialmente os de baixa renda, para facilitar a aquisição de alimentos de qualidade sanitária e nutricional, por um preço mais justo e acessível e, ao mesmo tempo, garantir e elevar a renda desses produtores.

Justificativa. Com base nos relatos obtidos na população estudada, constatou-se que nem sempre era possível obter todos os alimentos necessários para uma alimentação saudável, adequada e de qualidade, tanto pela questão da renda quanto pela falta de disponibilidade de locais que vendessem alimentos *in natura* a baixo custo.

Proposta 21. Introduzir em hortas urbanas, comunitárias ou em escolas, a alimentação biodiversa com as plantas alimentícias não convencionais – PANC.

Justificativa. Trabalhos em andamento de pesquisadores vinculados ao GT mostram a experiência de cultivo em larga escala, para fornecimento em escolas municipais, em cuja merenda foram incluídas 42 PANC, com ações de formação de cozinheiras e educadores. A agricultura urbana é uma ferramenta útil na mitigação dos estados de Insegurança Alimentar e constituiu um mecanismo mais direto para promover a inclusão das PANC na alimentação da população.

A estruturação de ações públicas de agricultura urbana (AU) envolve três processos principais de caráter intersetorial: a realização de diagnóstico, monitoramento e avaliação de ações públicas de AU; o estabelecimento de instrumentos institucionais no âmbito do governo municipal como leis e planos; e o oferecimento

de implementação de ações de apoio para a AU. Diversos documentos recentes debruçaram-se sobre políticas públicas para a AU, como o documento do Instituto Escolhas (<https://100politicas.escolhas.org>) ou o documento da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV) - *Agendas municipais de agricultura urbana e periurbana: um guia para inserir a agricultura nos processos de planejamento urbano*, com participação de docente deste grupo no Comitê Técnico. O capítulo “Ações de Fortalecimento da Agricultura Urbana com vistas ao Aumento da Segurança Alimentar das Cidades”, publicado no e-book editado pela USP, *Políticas públicas para o combate à fome* (Kunsch e Machado, 2021), versa sobre a necessidade e a dificuldade de ações coordenadas e intersetoriais em relação às políticas públicas de Agricultura. Na cidade de São Paulo, encontra-se em consulta pública o Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. A política pública de AU nessa cidade é bastante frágil, com vários programas descontinuados nas diversas gestões e sem orçamento. Com a urgência da fome, espera-se que as metas do Plano sejam colocadas em prática e sancionadas pelo atual prefeito. Cabe lembrar que há na ALESP o Projeto de Lei nº 764, de 2020 - Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa “Horta Escolar”, com o objetivo de desenvolver ações para institucionalizar a instalação e manutenção de hortas nas dependências das escolas estaduais (data do último andamento do PL na Assembleia foi em 26/10/2021).

3.2 Propostas para políticas no âmbito municipal com base nos estudos de caso

Com base nos levantamentos de documentos, participação em eventos e experiências dos pesquisadores, o estudo de caso sobre políticas públicas para combate à fome nos municípios estudados permitiu estabelecer algumas propostas, que podem ser aplicadas a outros municípios. Seguem, abaixo, algumas das recomendações, além daquelas já apresentadas na seção anterior, com destaque nas caixas.

3.2.1 Programa de alimentação escolar: uma análise entre escolas de educação infantil do município de São Paulo

Proposta 22. Aumentar a participação social na gestão da alimentação escolar, tornando obrigatório o Conselho de Escola nos Centros de Educação Infantil conveniados.

Justificativa. Não há, na legislação vigente, obrigatoriedade da presença de estruturas de participação social na rede conveniada de Centros Educacionais Infantis (CEIs) da cidade de São Paulo, que abrange mais de 2000 unidades. A Portaria 4.548/2017, que estabelece normas para a celebração de convênios entre a Secretaria Municipal de Educação (SME) e as organizações sociais com finalidade específica, é omissa em relação

à existência de Conselhos de Escola e demais estruturas de participação institucionalizadas, estruturas estas amplamente consolidadas na rede municipal pública. A complexidade dos modelos de gestão da alimentação escolar na cidade de São Paulo torna a política pública confusa, pouco transparente e de difícil fiscalização por parte do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) da cidade. A equipe de conselheiras e conselheiros precisa se debruçar em um emaranhado de notas fiscais, algumas vezes incompletas, sem o conhecimento técnico necessário e com um suporte contábil superficial. No caso dos CEIs, o grande problema é a ausência da obrigatoriedade de espaços de participação social em suas estruturas, no decreto que regulamenta o convênio entre o Poder Público e a entidade mantenedora para a execução dos serviços desses Centros. Nestes espaços financiados pelo poder público, não há qualquer rotina democrática ou incentivo à prática cidadã, o que resulta em um distanciamento da comunidade na rotina escolar e um fraco engajamento cívico no cotidiano escolar. A falta da obrigatoriedade do Conselho de Escola nos CEIs conveniados faz com que a atuação do CAE junto a esta modalidade de gestão da alimentação escolar fique ainda mais fragilizada, pois perde-se um importante ator na fiscalização local da compra, produção e distribuição de alimentos. A participação institucional é um canal importante de interferência da comunidade na vida escolar. Ao dar centralidade à participação social no monitoramento da política pública, o PNAE avançou bastante. Mas quando se examina a realidade de sua execução, fica claro que o papel do CAE é apenas formal e deixa muito a desejar. Mais ainda, quando esta estrutura está inserida em uma escala maior e com modelos de execução múltiplos, como é o caso de São Paulo, a potência de contar com o engajamento da sociedade civil passa a ser diminuta.

Proposta 23. Caso se avance com a terceirização da execução do programa de alimentação escolar (PAE) no município de São Paulo⁵, via licitações financiadas com recursos complementares, será preciso avaliar alternativas para a aplicação dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Justificativa. Os recursos federais transferidos pelo FNDE para as entidades executoras do programa são vinculados à compra direta de gêneros alimentícios. Por isso, não podem ser direcionados às licitações para seleção das empresas que irão operar o PAE no modelo de gestão terceirizada. Ademais, pela legislação federal, há a obrigatoriedade de que 30% do total desses recursos seja gasto com a agricultura familiar, cujas compras são realizadas via chamadas públicas pela prefeitura. Logo, faz-se necessário rever os contratos tendo em vista prever o desconto das compras realizadas diretamente pela prefeitura. O programa estimula a agricultura familiar tendo em vista seus efeitos sobre a renda de famílias reconhecidamente mais vulneráveis.

Proposta 24. Garantir contratualmente que empresas terceirizadas e mantenedoras da rede parceira se sujeitem à legislação municipal acerca da compra de produtos

⁵ Das 13 Diretorias Regionais de Ensino (DREs) do município, apenas três são de gestão mista. As demais são terceirizadas. Em todas as DREs há unidades da rede parceira.

orgânicos ou de base agroecológica. Tal iniciativa envolve tanto regras contratuais quanto um aparato regulatório municipal.

Justificativa. A legislação municipal determina a obrigatoriedade da inserção gradual de alimentos orgânicos ou em transição agroecológica na alimentação escolar, com a meta de chegar a 100% até 2026, independentemente da origem dos recursos. O decreto nº 56.913/2013 prevê explicitamente que a inclusão progressiva da compra de orgânicos seja obrigatória em todos os contratos firmados com as terceirizadas. No entanto, tal obrigatoriedade não foi explicitada nos contratos em andamento, nem nos firmados a partir de então. A inserção de orgânicos na alimentação escolar visa a melhoria da qualidade dos alimentos ofertados pelo PAE, priorizando gêneros *in natura* em detrimento dos ultraprocessados, tal como recomendado pelo Guia Alimentar para a População Brasileira. É importante ressaltar que o sobrepeso, nas sociedades contemporâneas, é um dos sintomas da insegurança alimentar, e isso está relacionado, como demonstram inclusive estudos realizados no âmbito deste GT, à grande difusão de alimentos ultraprocessados.

Proposta 25. Desenvolver um sistema de monitoramento e fiscalização mais adensado e capilarizado garantindo o atendimento às diretrizes do programa na ponta. Tal sistema envolveria a redução da sobrecarga das nutricionistas da prefeitura, a partir da realização de novos concursos públicos, a garantia dos meios necessários (ex.: transporte) para que nutricionistas, supervisores e membros do CAE desempenhem suas funções e a uniformização e digitalização do processo de prestação de contas, reduzindo o tempo e as limitações operacionais associadas à fiscalização.

Justificativa. Ainda que o programa, em sua elaboração, tenha previsto meios de monitoramento e fiscalização, assim como uma maior participação social, há, na sua implementação, gargalos para que essa diretriz seja cumprida. Tal diretriz, no entanto, é indispensável tanto para que os objetivos do programa sejam atendidos quanto para o seu contínuo aperfeiçoamento.

Proposta 26. Aprofundar as mudanças que vêm sendo empreendidas na realização das chamadas públicas. Nesse sentido, é sugerido flexibilizar o cardápio da alimentação escolar, além de desenvolver e implementar um sistema para automatização de parte do processo⁶, principalmente da etapa mais burocrática, associada à submissão das propostas e à consequente validação documental.

Justificativa. A flexibilização do cardápio é necessária uma vez que a produção orgânica e em transição agroecológica enfrenta desafios próprios, principalmente no que diz respeito à diversidade e à sazonalidade da produção. Logo, tal flexibilização visa ampliar o escopo de compras, por grupo de alimentos, facilitando a participação dos agricultores nas chamadas. A criação do sistema, por sua vez, teria efeito direto sobre a eficiência da

⁶ Das 13 Diretorias Regionais de Ensino (DREs) do município, apenas três são de gestão mista. As demais são terceirizadas. Em todas as DREs há unidades da rede parceira.

chamada pública em termos de celeridade, redução de erros e facilidade de monitoramento e prestação de contas. Tais fatores, em conjunto, ampliariam a eficácia da chamada e, associadamente, a do próprio programa.

Proposta 27. Ampliar o mapeamento de agricultores⁷ locais (com preferência no ordenamento de compras segundo a legislação federal) .

Justificativa. Essa proposta tem como objetivo facilitar a compra e ampliar a oferta de alimentos da agricultura familiar, orgânicos e de base agroecológica na alimentação escolar, reduzir a cadeia de comercialização, com efeito sobre a renda dos agricultores, assim como articular um sistema de produção, comercialização e distribuição mais sustentável. O Projeto de Lei nº 475/2021, que está na ALESP, institui o Calendário de Produção da Agricultura Familiar no Estado de São Paulo e dá outras providências, encontrando-se, desde abril de 2022, na Comissão de Atividades Econômicas.

Proposta 28. Incentivar e coordenar uma maior articulação entre os atores sociais envolvidos no Programa de Alimentação Escolar. Por exemplo, via criação de iniciativas que estreitem os vínculos diretos entre mantenedoras da rede parceira e agricultores familiares (cooperativas), entre agricultores e/ou entre agricultores e empresas terceirizadas.

Justificativa. A compra direta pelas mantenedoras da rede parceira, de gêneros produzidos por agricultores locais, viabilizaria a criação e o fortalecimento de cadeias de comercialização mais curtas. Já a parceria entre agricultores e/ou entre agricultores e empresas terceirizadas poderia ampliar a eficiência e reduzir custos logísticos.

Proposta 29. Ampliar ações pedagógicas junto a cozinheiros, professores, alunos e membros da comunidade escolar.

Justificativa. Essa iniciativa visa permitir a discussão de hábitos alimentares saudáveis e sistemas agroalimentares sustentáveis. Tal ação é importante tanto para atender à diretriz do programa referente à educação alimentar como para a implementação de um plano de redução do desperdício de alimentos – no preparo e no consumo. Há um Projeto de Lei com esse foco, que é o Projeto de Lei nº 132/2020, que cria o programa "Estudante Saudável, Futuro Sustentável", e que busca promover a educação alimentar e nutricional na rede pública estadual de ensino e dá outras providências (o último andamento nas Comissões na ALESP ocorreu em 26/10/2021).

⁷ Diz-se ampliar o mapeamento uma vez que há iniciativas, empreendidas pela própria prefeitura de São Paulo, que contribuem nesse sentido. São exemplos o projeto Ligue os Pontos, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento em conjunto com outras secretarias e órgãos municipais, e o programa Sampa +Rural, encabeçado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

3.2.2 Estudo de caso: políticas públicas de combate à insegurança alimentar em Santos – SP

Proposta 30. Difundir as informações contidas no Guia Alimentar para a População Brasileira por meio das ferramentas de comunicação oficiais (Diário Oficial do Município e páginas oficiais na internet) da Prefeitura e da Câmara de Vereadores.

Justificativa. Difundir a educação alimentar e nutricional para os vários segmentos da sociedade santista e outros que acessarem as páginas oficiais da Prefeitura e Câmara na internet, é uma estratégia de comunicar a importância dos cuidados com os hábitos alimentares e o combate à obesidade e ao sobrepeso em todas as idades. O Guia tem linguagem acessível e ao utilizar esse material, disponibilizado gratuitamente na internet, a Prefeitura e Câmara não terão qualquer custo.

Proposta 31. Ampliar o número de nutricionistas para atuar nos núcleos de Saúde da Família (NASF) e no Programa de Saúde na Escola (PSE) no município de Santos.

Justificativa. O Censo do IBGE de 2010 registrou para Santos, em um total de 1.599 crianças de 5 a 10 anos no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), 288 casos de sobrepeso, 126 de obesidade e 90 de obesidade grave, ou seja, respectivamente, cerca de 18,0%, 7,9% e 5,6% dos registros, evidenciando a condição de sobrepeso como a mais expressiva no referido ano. O Programa de Saúde na Escola (PSE) foi instituído por meio do Decreto Federal nº 6.286/2007 e uma de suas diretrizes é a promoção da alimentação saudável e a prevenção da obesidade infantil. Em Santos, 125 escolas estão incluídas para o PSE, e desde 2013 o município recebe recursos do Ministério da Saúde via esse Programa e, desde 2014, via Programa Nacional de Alimentação e Nutrição.

Proposta 32. Fomentar a ativa participação dos gestores públicos da Prefeitura de Santos e representantes da sociedade civil na Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - CRSANS Baixada Santista.

Justificativa. A CRSANS é um órgão com representação governamental e de organizações da sociedade civil, que desenvolve atividades em consonância com os objetivos do CONSEA/SP, e abrange a região metropolitana da Baixada. Dentre as atribuições das CRSANS estão: propor ações e medidas relativas à educação alimentar e nutricional, em âmbito regional, propiciando orientação sobre qualidade nutricional, hábitos alimentares e estilo de vida saudável; acompanhar a implementação das propostas registradas nas atas das reuniões da comissão regional, bem como das demandas solicitadas pelo Consea/SP no âmbito de sua região; participar das atividades promovidas pelo Consea/SP e auxiliá-lo na consecução de seus objetivos.

Proposta 33. Promover de cursos de capacitação e formação para agentes públicos municipais de Santos referentes à temática de SAN.

Justificativa. Tendo em vista a pauta interdisciplinar da SAN, é necessário que todos os

setores da administração pública municipal estejam qualificados para agirem de forma holística sobre as várias causas da insegurança alimentar e da fome no município. A formação dos gestores contribui para que elaborem projetos sólidos de combate da fome e insegurança alimentar nas áreas de maior vulnerabilidade social de Santos e para serem apresentados na AGEM - Agência Metropolitana da Baixada Santista, com vistas a pleitear recursos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista.

Proposta 34. Criar o Programa Vale Feira Orgânica como benefício alimentação para servidores públicos municipais de Santos.

Justificativa. Este programa, na forma de um vale mensal, poderia ser usado nas Feiras Orgânicas que ocorrem em Santos. Tal programa, além de valorizar o servidor público, pode fomentar a adesão de produtores à Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO (Lei Estadual 16.684/2018).

Proposta 35. Instituir, por Lei Municipal, a Semana da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável no calendário oficial do município de Santos.

Justificativa. A finalidade de dar visibilidade à temática da segurança alimentar por meio de promulgação dessa lei visa a intensificar, incentivar e divulgar atividades de promoção, proteção e apoio à SAN e garantia do DHAA, bem como promover campanhas educativas e culturais para a população do município, no sentido de informar e conscientizar sobre o consumo consciente de uma alimentação saudável e adequada, bem como realizar ações de capacitação de servidores públicos acerca da SAN e do DHAA. Esta proposta pretende configurar um instrumento colaborativo para o cumprimento da Lei nº 11.346/ 2006 que criou o SISAN.

3.2.3 Estudo de caso: políticas públicas de combate à insegurança alimentar em Piracicaba - SP

Proposta 36. Apoiar a compilação, digitalização e organização de dados levantados pela Prefeitura Municipal e de relevância para a política de segurança alimentar em plataforma que seja acessível para os agentes públicos e pesquisadores e sociedade em geral.

Justificativa. Há muitos dados disponíveis ou passíveis de levantamento no âmbito de atuação das secretarias municipais, que poderiam estar organizados em plataformas integradas de modo a favorecer as análises para planejamento, a integração das ações entre secretarias, o monitoramento da execução e do desempenho dos programas executados. Como exemplo, os programas da Secretaria de Saúde, tal como de acompanhamento dos casos de desnutrição de crianças por meio das interações nas escolas municipais; ou das informações de comercialização nos varejões públicos que ainda estão, em parte, sendo coletados e armazenados em papel.

Proposta 37. Promover a implementação efetiva da CAISAN no município de Piracicaba.

Justificativa. Piracicaba conta com o Conselho de Alimentação Escolar do Município (CAE), conforme requerido pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), como exigência para receber recursos financeiros para a aquisição de alimentos e o COMSEA, que assessora a Prefeitura Municipal na formulação de políticas e definição de diretrizes e prioridades. Em outubro de 2021, apesar da Lei Municipal nº 9.629 instituir a CAISAN, prevista por legislação federal do SISAN, ela ainda não está em funcionamento. A CAISAN tem como finalidade promover a articulação dos órgãos e entidades da administração pública afetos à área de segurança alimentar e nutricional. O estudo mostra que há percepção, no município, da existência de políticas para combate à insegurança alimentar, previstas e implementadas, e que envolvem as três esferas governamentais. Tais políticas preveem mecanismos de controle e de articulação com a sociedade civil para seu cumprimento. Contudo, apesar da previsão pela SISAN para constituição das câmaras intersetoriais, a fim de garantir a articulação das secretarias envolvidas com as diversas políticas, há desafios para promover sua efetiva constituição e funcionamento. A qualificação dos responsáveis, a falta de recursos financeiros e de pessoal constituem gargalos para a execução efetiva das políticas.

Proposta 38. Ampliar o orçamento e/ou promover parcerias com a iniciativa privada para a complementação de recursos financeiros e de pessoal a fim de ampliar a abrangência dos programas como o Viva Leite e o Banco de Alimentos.

Justificativa. Os dados do Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais em Piracicaba, relativos a 2021, apontaram 10.864 famílias em situação de extrema pobreza. Em 2022, esse número saltou para 14.000 famílias, das quais quase mil famílias com renda zero (Pira sem Fome), sendo cerca de 3 mil com renda até 100 reais e 2 mil, até 200 reais. O município conta com o Banco de Alimentos que realiza entregas regulares de cestas básicas, com produtos oriundos de doações ou adquiridos pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), às famílias encaminhadas pelos CRAS e CREAS, além de atender a organizações da sociedade civil com cestas e/ou refeições oferecidas a seus beneficiários: idosos, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e outros. Em agosto de 2022, o Fundo Social de Solidariedade do Município de Piracicaba instituiu o *Pira sem Fome*, que se destina a distribuição de cestas básicas para as famílias cadastradas pelo CadÚnico. Atualmente, são distribuídas aproximadamente 1000 cestas básicas, com recursos públicos e privados, de modo que claramente há um déficit imenso no atendimento às famílias em situação de extrema pobreza. Outro programa que carece de mais recursos financeiros e humanos é o Programa Viva Leite, instituído no âmbito estadual e executado pelo governo municipal, via Secretaria da Saúde e CPAN. No município, são atendidas 581 crianças, mas há uma lista de espera (dados de novembro de 2022) de 150 crianças. Também relacionado ao acesso ao leite, há a política municipal do leite em pó social, que atende 94 crianças na zona rural do município.

Proposta 39. Identificar os produtos com potencial de serem produzidos, principalmente legumes e frutas, no município e c⁵oordenar ações de assistência técnica para produção e comercialização, de modo a ampliar a parcela de produtos na CEASA originados da própria região e comercializados via varejões municipais.

Justificativa. Há potencial, no município de Piracicaba, para a produção de alimentos pelos produtores locais, principalmente, os familiares, com oportunidades de escoamento na região, inclusive, com apoio de políticas municipais. O diagnóstico feito pelo GT aponta que o abastecimento de alimentos vegetais frescos (frutas, legumes e verduras), no município de Piracicaba, com base nas estatísticas de comercialização na Ceasa, é predominantemente externo, tendo como principais regiões de origem municípios do Estado - Limeira, Monte Alto e Piedade (dados agosto/2022). A produção agrícola no município ainda é muito concentrada na cana-de-açúcar, que responde pela maior parcela da terra plantada no município (SIDRA/IBGE). Apesar desse quadro, verifica-se que há políticas municipais para promover a diversificação da pauta de produção no município de Piracicaba, como o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Piracicaba. A avaliação é que esta é uma política bem-sucedida no município, mas cuja coordenação enfrenta ainda algumas dificuldades: quanto à gestão dos resíduos, roubo de infraestrutura e para a consolidação da base de dados. É importante destacar que estão em tramitação na ALESP alguns Projetos de Lei que dizem respeito a esta questão: o PL nº 639/2020, que institui a Política Estadual de Apoio à Agricultura Familiar, e dá outras providências (encontra-se, desde 01/04/2022, na Comissão de Atividades Econômicas); o PL nº 475/2021, que institui o Calendário de Produção da Agricultura Familiar no Estado de São Paulo e dá outras providências (encontra-se desde 05/04/2022 na Comissão de Atividades Econômicas); e, finalmente, o PL nº 375/2021, que cria os Polos Regionais da Mandioca, no estado. (encontra-se desde 25/04/2022 na Comissão de Atividades Econômicas).

3.3 O papel da inteligência artificial no planejamento, implementação, monitoramento e análise de impactos das políticas públicas

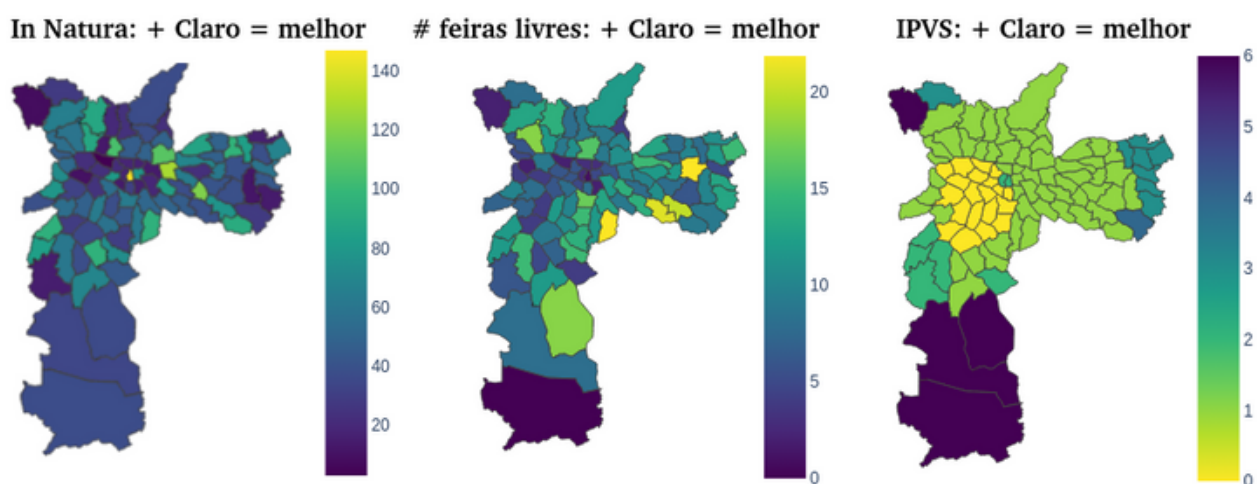
A inteligência artificial (IA), e mais amplamente a computação, devem ter um papel importante em todo o processo de definição, regulamentação, implantação e acompanhamento das políticas públicas relativas à fome e à insegurança alimentar. Isso se justifica na medida em que todas essas etapas devem ser cumpridas a partir de evidências, que demandam dados, informações, indicadores e ferramentas analíticas para a tomada de decisão, e que condicionarão o sucesso dessas políticas. A IA pode auxiliar no atendimento dessas demandas, que são fundamentais em um tema tão abrangente e complexo como a fome e a insegurança alimentar.

Por essa complexidade, é crucial que equipes multidisciplinares se debrucem sobre o assunto, inclusive, participando de todo o processo que envolve a IA, como forma de assegurar que os requisitos do problema sejam de fato incorporados às ferramentas e processos computacionais de apoio, e que se atinjam os resultados esperados. A experiência do Centro de Inteligência Artificial (<https://c4ai.inova.usp.br>), em seu eixo

AgriBio, desde 2019, foi muito importante e contribuiu para criar, também neste GT, uma cultura de colaboração entre pessoas de perfis bastante distintos, motivadas por um objetivo comum.

A partir dos estudos específicos conduzidos pelo GT, fica clara a amplitude das aplicações e do apoio que a IA oferece, desde o planejamento das políticas públicas até a avaliação de seu impacto, passando pelas etapas de implementação e pelo seu monitoramento. O mapa abaixo é um dos muitos resultados desses estudos, e foi construído para três variáveis elencadas a partir da aquisição inicial de 100 bases de dados, das quais 18 foram selecionadas conforme a relevância para o tema da segurança alimentar e, na sequência, analisadas utilizando gráficos, árvores de decisão e modelos de otimização. A Figura 1 apresenta, da esquerda para a direita, as três variáveis selecionadas, que são: número de estabelecimentos que vendem produtos frescos; número de feiras livres; e Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) - todos eles apresentados por distritos da capital.

Figura 1. Localização de feiras de produtos in natura, mercados de produtos frescos e Índice Paulista de Vulnerabilidade Social para o município de São Paulo.

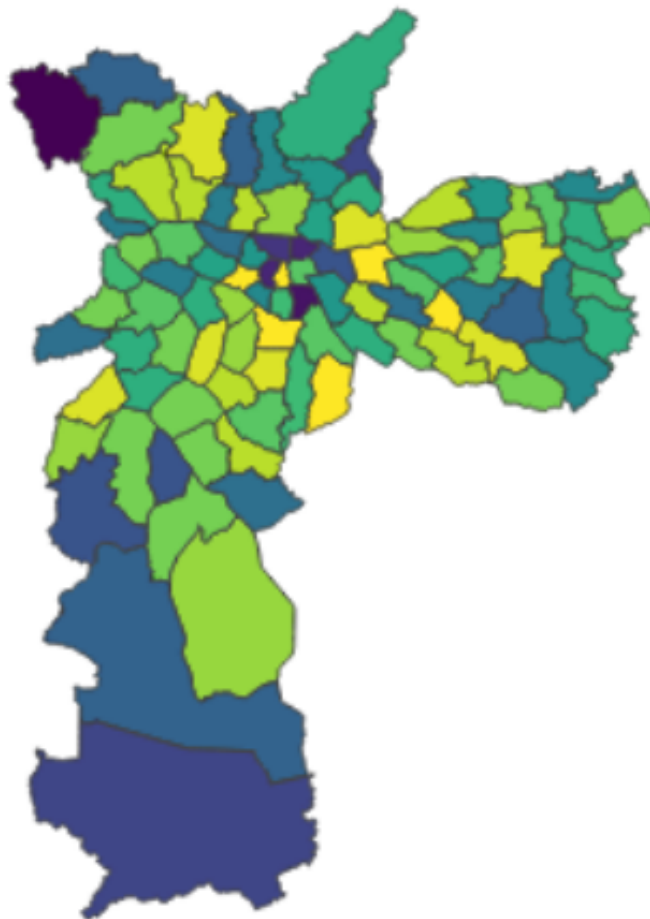


A Figura 2, por sua vez, apresenta o cruzamento das três variáveis, com base no modelo de otimização multiobjetivos, possibilitando obter um mapa que evidencia as regiões a serem priorizadas pelas políticas públicas. Considere-se, por exemplo, o potencial para o planejamento de políticas, ao se dispor de instrumentos que permitam cruzar as informações em mapas, identificando o público-alvo prioritário de uma política (os mais vulneráveis), e, ao mesmo tempo, as estruturas e equipamentos disponíveis em cada local para apoiar a sua implementação.

Ao mesmo tempo em que tais informações são úteis no planejamento e na tomada de decisões, permitem, ao longo do tempo, monitorar o grau de execução e obter indicadores de resultados das ações adotadas. De posse de todas as informações e dados, os gestores poderiam, então, estimar os custos e os benefícios de cada política adotada e avaliar seus impactos, tanto em termos econômicos, como também sociais e até mesmo ambientais, quando se compilam concomitantemente indicadores ambientais.

Figura 2. Mapa do município de São Paulo, gerado pela inteligência artificial, considerando simultaneamente número de estabelecimentos que vendem produtos frescos, número de feiras livres, e o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.

Eficiência Tripla: + Claro = melhor



3.4 Guia de análise da insegurança alimentar para gestores públicos

A proposta de elaboração de um guia para o desenho e análise de iniciativas da sociedade civil e de políticas públicas de SAN tem por objetivo fornecer ao gestor público e aos atores sociais elementos para o desenho de políticas públicas, bem como um aparato conceitual para a análise e acompanhamento de programas relacionados direta ou indiretamente à mitigação da insegurança alimentar.

A diversidade dos municípios paulistas em termos de tamanho, dotação de recursos materiais e humanos, bem como na inserção nos sistemas agroalimentares justifica a elaboração de uma ferramenta de apoio ao gestor na análise da situação local e das articulações possíveis com as demais esferas de governo e com as organizações da sociedade civil. A insegurança alimentar emerge em diversas situações, demandando a elaboração de políticas públicas alinhadas a suas naturezas e causas, ao mesmo tempo compatíveis com a disponibilidade de recursos. A proposta do Guia segue anexa a este relatório.

3.5 Plano de comunicação do grupo de trabalho

A equipe de comunicação elaborou um plano estratégico de comunicação pública para divulgar os trabalhos que foram sendo realizados pelos pesquisadores do grupo de trabalho, promover o debate voltado para o interesse público e proporcionar maior visibilidade institucional sobre o projeto, sobre políticas públicas ligadas aos temas da alimentação saudável, insegurança alimentar e combate à fome. A partir dos dados levantados, partiu-se para o desenvolvimento de um planejamento inicial de comunicação que pudesse atender às demandas das diversas equipes que constituíram o GT, e no projeto como um todo.

Por meio de observação e participação diretas, e de um diagnóstico preliminar, foi detectada a necessidade de se adotar a comunicação institucional para o GT, a fim de que ele pudesse ser reconhecido em nível interno e externo, e também para que os temas centrais discutidos e desenvolvidos e os primeiros resultados das pesquisas pudessem ser divulgados e difundidos e posteriormente discutidos pela sociedade civil e demais públicos de interesse. Para tanto, o GT recorreu a uma parceria visando consolidar e repercutir os trabalhos gerados nas pesquisas, a partir dos meios de comunicação próprios da instituição responsável pelo grupo, o Jornal da USP e outras mídias sociais da Universidade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório é o resultado do trabalho de uma equipe de 12 docentes e 14 pós-graduandos e pós-doutorandos das áreas de Ciências Humanas, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Exatas da Universidade de São Paulo. Ao longo de 16 meses, esta equipe se dedicou a analisar políticas públicas de combate à fome e à insegurança alimentar, com ênfase no estado de São Paulo. Os membros deste GT não tiveram a pretensão de apresentar uma solução simples a um problema tão complexo, da mesma forma que não desconsideraram o caminho percorrido graças ao esforço de estudiosos do assunto, gestores públicos e atores da sociedade civil.

Partindo da constatação de que a fome tem ramificações econômicas, sociais, políticas e mesmo culturais, este relatório ressaltou, por meio de suas 39 propostas, a necessidade de articulação entre políticas públicas existentes nos diversos níveis da administração pública, o reforço da transparência e da atualização dos dados, bem como da participação da sociedade civil, de forma a melhorar a gestão de recursos humanos e financeiros e a alcançar resultados mais duradouros e robustos. Os membros deste GT reconhecem os avanços obtidos no Brasil desde a redemocratização no estabelecimento de políticas públicas eficazes no combate à fome e à insegurança alimentar. Também assistiram, nos últimos anos, aos efeitos danosos do desmonte dessas políticas. A articulação entre as diversas políticas, e uma visão sistêmica da fome, é essencial para garantir melhores indicadores de execução e de resultados.

Além disso, vale ressaltar que alguns pontos nevrálgicos observados por este GT dizem respeito à necessidade do reconhecimento pelos gestores públicos de que o controle social é direito dos cidadãos. A promoção desse direito é dever do Estado numa sociedade democrática, assim como é urgente que a sociedade civil restabeleça sua força organizacional para fazer uso dos instrumentos de controle e fiscalização do poder público, de forma a garantir o pleno funcionamento e o aprimoramento de políticas de combate à insegurança alimentar e à fome.

Todavia, não basta apontar os problemas na implementação das políticas públicas, é preciso identificar onde estão os gargalos. É nesse momento, também, que a pesquisa científica tem papel fundamental, pois ao gerar e disponibilizar informações para a sociedade, cria-se um “corpo de vozes” qualificadas para monitorar e cobrar a atuação eficiente e sistemática do poder público. Nesse mesmo sentido, é fundamental e imprescindível a atuação do Poder Legislativo. O exercício da função de proponente de políticas de combate à insegurança alimentar, assim como de fiscalizador do pleno funcionamento dessas políticas é urgente e determinante neste momento tão crítico da história brasileira.

Finalmente, esta equipe, à qual se somarão pesquisadores de outras 15 universidades brasileiras e estrangeiras, bem como da Embrapa, dará continuidade ao trabalho iniciado no âmbito deste GT, aprofundando vários dos pontos aqui abordados. Em dezembro de 2022, o CNPq aprovou a criação do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) "Combate à fome: estratégias e políticas públicas para a realização do Direito Humano à

alimentação adequada - Abordagem transdisciplinar de sistemas alimentares com apoio de inteligência artificial.” Neste INCT, serão conduzidos estudos sobre a insegurança alimentar e os desafios e estratégias para atendimento do direito humano à alimentação adequada.

A black and white photograph showcasing a variety of grains and seeds. In the foreground, a large bowl is filled with white, elongated grains, likely rice. To its right, a wooden bowl contains dark, oval-shaped seeds, possibly flax or sunflower seeds. Above this, a glass bowl is filled with small, round seeds, and another glass bowl contains a different type of seed. On the left, a burlap sack is filled with a light-colored, crumbly substance, possibly a type of flour or coarse meal. In the background, more glass bowls and sacks are visible, all containing different types of grains and seeds. The composition is dense and highlights the textures and shapes of the various agricultural products.

REFERÊNCIAS

5 REFERÊNCIAS

BARROS, G. S. C. O agronegócio brasileiro no pós Segunda Guerra Mundial: o processo de transformação e seus resultados. In: BARROS, G. S. C; NAVARRO, Z (Org.). *O Brasil rural contemporâneo: interpretações*. São Paulo: Editora Baraúna, 2022.

BARROS, R. P; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*, Vol. 1, Brasília: IPEA, 2007.

BARROS, R. P; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Vol. 2, Brasília: IPEA, 2008.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Saúde e Sociedade*, v. 12, n. 1, p. 12-20, 2003.

BICKEL G. Guide to measuring Household Food Security in the United States. Food and Nutrition Service. 2000; Disponível em : www.ers.usda.gov/publications/fanrr11-1/fanrr11_1b.pdf

CAVALCANTI, S.; LOTTA, G.S.; PIRES, R.R.C. *Contribuições dos estudos sobre burocracia de nível de rua*. Brasília: ENAP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8606>

Diagnóstico paulista sobre conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional: ações prioritárias na perspectiva econômica. Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. CONSEA. São Paulo.: CODEAGRO, SAA-SP. Disponível em: <http://codeagro.agricultura.sp.gov.br/uploads/arquivos/diagnostico-paulista-consea-ia.pdf> Acesso em 10 de janeiro de 2022.

DRUCKER, D. P.; CRUZ, S. M. S. da; SARAIVA, A. M.; FORTALEZA, J. M.; BERTIN, P. R. B.; SIMAO, V. P. M.; TELLES, M. A.; SILVA, A. R. da; SANTOS, P. S. S.; MACARIO, C. G. do N. Implantação da Rede Temática GO-FAIR Agro Brasil: primeiros passos. In: FERREIRA, A.P.L. (Org.) *Congresso Brasileiro de Agroinformática*, 13, 2021, Bagé. Anais [...]. Bagé: Unipampa, 2021. p. 164-171.

FARINA, E.M.Q.; NUNES, R.; MONTEIRO, G.F.A. Supermarkets and their impacts on the agrifood system of Brazil: the competition among retailers. *Agribusiness*, v. 21, n. 2, p. 133-147, 2005.

HIRSHMAN, A.O. *Getting ahead collectively: grassroots experiences in Latin America*. New York: Pergamon Press, 1984.

Referências

HOFFMANN, R. Fatos relevantes sobre a distribuição da renda no Brasil. In: 52º Congresso da SOBER. Goiânia: Paineis, 2014, p. 1-21.

JARAMILLO LÓPEZ, J.C. Advocacy: uma estratégia de comunicação pública. In: KUNSCH, M.M.K. (org.). *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul (SP): Difusão, 2011. p. 61-80.

JESUS, J.G.; MIRANDA, S.H.G. de; HOFFMANN, R. *Pobreza, insegurança alimentar e consumo alimentar no Brasil e no estado de São Paulo*. Relatório de pesquisa (Mimeo). 33p., 2022.

KELLY, L.M. Focused ethnography for research on community development non-profit organisations. In: *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research*, [s.l.: s.n.], 2022, v. 22.

KOÇOUSKI, M. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, H. (Org.). *Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. São Paulo: ECA/USP, 2013.

KUNSCH, M.M.K. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. São Paulo: Summus, 2003.

KUNSCH, M.M.K. Comunicação pública a serviço da sociedade e do cidadão. In: KUNSCH, M.M.K. (Org.). *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul (SP): Difusão, 2011, p. 13-19.

KUNSCH, M.M.K.; MACHADO, M.A.A.M. (Org.). *Políticas públicas para o combate à fome* [livro eletrônico]. São Paulo: Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, 2021. ePub. Disponível em: https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/11/E-book_Poli%CC%81ticas-Pu%CC%81blicas-para-o-Combate-a%CC%80-Fome.pdf.

LIPSKY, M. *Burocracia em nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos*. Brasília: ENAP, 2019 [Disponível em <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4158>].

MALUF, R.; MENEZES, F.; VALENTE, F.L. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. *Revista Cadernos de Debate*, v. 4, p. 66-68, 1996.

MONTEIRO, G.F.A.; FARINA, E.M.Q. ; Nunes, R. Food retail strategy and policy in Brazil: Heterogeneous retail formats and competition. In: MUKHERJEE, M.; CUTHBERTSON, R.; HOWARD, E. (Org.). *Retailing in emerging markets: a policy and strategy perspective*. Oxford: Routledge, 2014, p. 124-156.

MUNICÍPIO DE SANTOS. Lei nº 3.548, de 10 de junho de 2019. Institui o programa de hortas solidárias urbanas no município, e dá outras providências. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/santos/lei-ordinaria/2019/355/3548/lei-ordinaria-n-3548-2019-institui-o-programa-de-hortas-solidarias-urbanas-no-municipio-e-da-outras-providencias>

NORD, M.; ANDREWS, M.; WINICKI, J. Frequency and duration of food insecurity and hunger in US households. *Journal of Nutrition Education and Behavior*, v. 34, n. 4, p. 194-200, 2002.

PEDROTTI, F.; SILVA, D.O. Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: ontem, hoje e o amanhã. *Revista de Alimentação e Cultura das Américas*, v. 3, n. 2, p. 147-175, 2022.

REDE PENSSAN. II VIGISAN - Insegurança Alimentar e COVID-19 no Brasil: Inquérito nacional sobre insegurança alimentar e nutricional no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil. São Paulo. 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em 30 maio 2022.

SANTOS, M. R. A. Práticas alimentares e soberania alimentar em Terra Indígena Xavante: desafios e perspectivas. Dissertação (Mestrado) - USP/Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura. Piracicaba, 2022.

SEGALL-CORRÊA, A.M.; MARIN-LEÓN, L. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.

SISVAN. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN. Disponível em <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/>. Acesso em 30 maio 2022.

WILKINSON, M.D. et al. The FAIR Guiding Principles for scientific data management and stewardship. *Scientific Data*, n. 3160018, 2016.

WORLD BANK GROUP. International assessment of agricultural knowledge, science and technology for development. Global program review; v. 4, n. 2, Washington, D.C.: World Bank Group, 2010. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/636821468316165959/International-assessment-of-agricultural-knowledge-science-and-technology-for-development>.

ZINGBAGBA, M., NUNES, R.; FADAIRO, M. The impact of diesel price on upstream and downstream food prices: evidence from São Paulo. *Energy Economics*, v. 85, 104531, 2019.



APÊNDICES

APÊNDICE 1

LISTA DE TRABALHOS QUE FUNDAMENTARAM AS PROPOSTAS

Estudo de caso: o distrito do Grajaú e a Ilha de Bororé (trabalho ainda não publicado)

Constitui a base das propostas 18, 19, 20 e 21

Autoras: Daniela Perutti; Elizabeth Balbachevsky

Contatos: danielaperutti@gmail.com; balbasky@usp.br

Estudo de caso: a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (trabalho ainda não publicado)

Constitui a base das propostas 9, 11, 13 e 22

Autores: Gustavo Vidigal; Elizabeth Balbachevsky

Contatos: gustavovidigal@gmail.com; balbasky@usp.br

Estudos sobre segurança alimentar e políticas públicas de combate à fome (trabalho ainda não publicado)

Constitui a base das propostas 1, 3, 6, 7, 10, 12, 13, 19 e 20

Autores: Dirce Marchioni; Cláudia Maria Bógus; Adriana Adell Gomes; Alexsandro Macedo; Flavia Schwartzman; Patrícia Vieira

Contatos: marchioni@usp.br; claudiab@usp.br; alexmacedo@alumni.usp.br; flavia.schw@hotmail.com; adriana.adell@gmail.com; patricia.vieira.usp@gmail.com

Insegurança alimentar e índices de massa corporal em adultos e crianças: evolução entre 2013 e 2018 no Brasil (trabalho ainda não publicado)

Constitui a base das propostas 1, 3 e 10

Autores: Thais Mauad, Cristiana Marino Maymone, José Raimundo Souza Ribeiro Júnior

Contatos: tmauad@usp.br; crismaymone@usp.br; sousaribeirojunior@gmail.com

A inteligência artificial e o combate à fome e à insegurança alimentar (trabalho ainda não publicado)

Constitui a base das propostas 8 e 9

Autores: Antonio Mauro Saraiva; Alexandre Delbem

Contatos: saraiva@usp.br; acbd@icmc.usp.br

Plano estratégico de comunicação pública e advocacy (trabalho ainda não publicado)

Constitui a base das propostas 3, 7, 11 e 12, bem como da estratégia de comunicação do GT

Autoras: Margarida Maria Krohling Kunsch, Simone Denise Gardinali Navacinsk

Contatos: mkkunsch@usp.br; simone.navacinsk@gmail.com

Políticas públicas municipais e controle social no combate à insegurança alimentar e à fome: estudo de caso no município de Santos (trabalho ainda não publicado)

Constitui a base das propostas 10, 13 e 19, bem como do item 3.2.2 (propostas 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39)

Autoras: Katia Pacheco; Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello

Contatos: pacheco.katia@yahoo.com.br; mepegara@usp.br

Programa de alimentação escolar: uma análise entre escolas de educação infantil do município de São Paulo (trabalho ainda não publicado)

Constitui a base das propostas 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30

Autoras: Camila Veneo C. Fonseca; Maria Sylvia Saes

Contatos: camilaveneo@yahoo.com.br; ssaes@usp.br

Proposta de Guia para o desenho e análise de políticas públicas e privadas de segurança alimentar e nutricional (trabalho ainda não publicado)

Constitui a base das propostas 4, 5 e 6

Autor: Rubens Nunes

Contato: rnunes@usp.br

Relatório de oficinas: agricultura familiar e macroeconomia e insegurança alimentar

Constitui a base das propostas 1, 15, 16, 17 e 18

Autores: Sílvia Helena Galvão de Miranda; Maria Elisa Garavello; Josimar Gonçalves; Mayara Araújo dos Santos; Isabela Alcântara; Kátia Maria Pacheco dos Santos

Contatos: shgdmira@usp.br; mepegara@usp.br; josimar.jgj@gmail.com; mayara.santos.araujo@usp.br; isabela.alcantara@usp.br; pacheco.katia@usp.br

Relatório de pesquisa: agricultura familiar

Constitui a base das propostas 15, 17 e 18

Autoras: Mayara Regina Araújo dos Santos; Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello

Contatos: mayara.santos.araujo@usp.br; mepegara@usp.br

Relatório de pesquisa - Estudo de caso de Piracicaba: políticas públicas para combate à fome e à insegurança alimentar

Constitui a base das propostas 13, 15, 16 e 18, bem como os itens 3.2.3 (propostas 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39)

Autoras: Isabela Alcântara; Mayara R. A. dos Santos; Sílvia Helena Galvão de Miranda; Maria Elisa Garavello

Contatos: isabela.alcantara@usp.br; mayara.santos.araujo@usp.br; mepegara@usp.br; shgdmira@usp.br

Relatório preliminar de pós-doutorado: Pobreza, insegurança alimentar e consumo alimentar no Brasil e no estado de São Paulo (Elaboração de artigos científicos em andamento)

Constitui a base das propostas 1, 2 e 14

Autores: Josimar Gonçalves de Jesus; Silvia Helena Galvão de Miranda; Rodolfo Hoffmann

Contatos: josimar.jgj@gmail.com; shgdmira@usp.br

APÊNDICE 2

LISTA DE TRABALHOS DERIVADOS

Artigos e entrevistas no Jornal da USP

Disponível em: <https://jornal.usp.br/tag/gt-politicas-publicas-de-combate-a-inseguranca-alimentar-e-a-fome>

Seminário USP de Combate à Insegurança Alimentar e à Fome (1.:2021: São Paulo)

Anais do 1º Seminário USP de Combate à Insegurança Alimentar e à fome [recurso eletrônico] - São Paulo: PRCEU USP: ECA-USP, 2021.

APÊNDICE 3**LISTA DE DOCENTES, PÓS-GRADUANDOS E PÓS-DOCTORANDOS MEMBROS DO GRUPO DE TRABALHO****Docentes**

Alexandre Cláudio Botazzo Delbem - Professor do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da USP. Tem formação em Engenharia Elétrica e Computação pela USP. As pesquisas em computação concentram-se nas seguintes áreas: grafos, estruturas de dados, complexidade de algoritmos, medidas de informação, otimização multiobjetivo e construção de modelos geoespaciais múltiplos. As aplicações (soluções inovadoras) envolvem as áreas de estruturas de proteínas, reconstrução filogenética, modelos cerebrais, análise de subsistemas de saúde, redes de distribuição e transmissão de energia, bem como sistemas computacionais projetados por inteligência artificial. Atualmente as pesquisas focam na construção de modelos estruturais reconfiguráveis (aprendidos tanto a partir dos dados quanto do conhecimento de especialista) para a tomada de decisão multicritério. As aplicações mais recentes buscam modelar e avaliar as redes presentes na produção e no consumo de alimentos saudáveis, que afetam a qualidade de vida das pessoas.

Antonio Mauro Saraiva - É professor titular da USP, na Escola Politécnica, e foi Pró-reitor adjunto de Pesquisa (2014-16). Fundou o Laboratório de Automação Agrícola, o Núcleo de Pesquisa em Biodiversidade e Computação, e o Grupo de Estudos em Saúde Planetária do Instituto de Estudos Avançados. É membro do comitê gestor da Planetary Health Alliance e do Centro de Inteligência Artificial USP/IBM/FAPESP.

Cláudia Maria Bógus - Professora Associada III da Faculdade de Saúde Pública da USP. Membro do Grupo de Pesquisa Nutrição e Pobreza do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP. Atua na área de saúde pública com ênfase em promoção da saúde, políticas públicas em saúde, segurança alimentar e nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada.

Dirce Maria Lobo Marchioni - Professora Associada do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da USP. Coordenadora do GEIAS (Grupo de Estudos Epidemiológicos e Inovação em Alimentação e Saúde) e do Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão Sustentarea. É membro do Grupo de Pesquisa em Saúde Planetária do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP. Atua na área de nutrição em saúde pública com foco em epidemiologia nutricional e investigação em consumo alimentar e suas relações com a saúde humana e planetária.

Elizabeth Balbachevsky - Professora do Departamento de Ciência Política da USP e coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas do Instituto de Estudos

Avançados da USP (NUPPs/IEA-USP) e Presidente da Comissão de Pesquisa do IEA. Editora para América Latina da nova Encyclopedia of International Higher Education Systems and Institutions (2020), publicada pela Editora Springer.

Marcelo Cândido da Silva - Professor Titular do Departamento de História da USP, responsável pelas disciplinas “História Medieval” e “A Economia nas Sociedades Pré-modernas”. Dedicou-se ao estudo das sociedades pré-antropogênicas do continente europeu entre os séculos V e XV, com ênfase nas respostas sociais à fome e à escassez.

Margarida Maria Krohling Kunsch - Professora Titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), onde foi diretora entre 2013-2017. Pró-Reitora Adjunta de Cultura e Extensão da USP (2018-2021). Coordena o Centro de Estudos de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Cecorp) e o Observatório de Comunicação, Responsabilidade Social e Sustentabilidade – SustenCOM: da ECA-USP/CNPq. É autora de vasta produção em Ciências da Comunicação e em Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello - Professora Sênior no Departamento de Economia, Administração e Sociologia na Esalq/USP. É vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada – Esalq/CENA da USP. Tem como foco de estudo os desafios e perspectivas de sustentabilidade de comunidades tradicionais e/ou locais – quilombolas, ribeirinhos, assentados e sociedades indígenas – em sua relação com a sociedade mais ampla.

Maria Sylvia Macchione Saes - Professora Titular da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. Presidiu a Comissão de Pesquisa da FEAUSP e coordenou o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI). Foi editora Chefe da RAUSP. Coordena o núcleo CORS-USP (Centro de Pesquisas em Estratégia das Organizações). Pesquisa na área de Economia das Organizações com aplicação em sistemas agroalimentares.

Rubens Nunes - Professor doutor da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo, Campus de Pirassununga, responsável por disciplinas na área de Economia. Sua pesquisa se concentra em agronegócio, competitividade, defesa da concorrência, varejo de alimentos e supermercados.

Sílvia Helena Galvão de Miranda - Professora Titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq. Pesquisadora do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea); membro do Center for Artificial Intelligence – Agribio, da USP e do International Agricultural Trade Research Consortium (IATRC). Atua na área de Economia Agrícola, Economia Internacional e em temáticas relacionadas ao agronegócio e a políticas agrícolas, ambientais e de defesa agropecuária.

Thais Mauad - Professora Associada do Departamento de Patologia da USP, trabalhando com Patologia Pulmonar e Ambiental. É co-fundadora da Horta da FMUSP, ativa desde 2013. É coordenadora do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana do IEA.

Pós-doutorandos

Alexsandro Macedo Silva - Bacharel em Farmácia. Pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Nutrição em Saúde Pública da FSP-USP, com área de interesse/linha de pesquisa em consumo alimentar.

Andréa Maria Machado Ribeiro - Bacharel em Física. Doutora em Ciências pelo IFSC-USP, na área de interesse/linha de pesquisa Física Atômica e Molecular. Pós-doutoranda pelo IEA-USP, com área de interesse em visualização da informação.

Camila Veneo C. Fonseca - Pós-doutoranda pelo Programa de Teoria Econômica - IE/UNICAMP e FEA-USP, com área de interesse/linha de pesquisa em Políticas públicas - Economia Aplicada.

Daniela Carolina Perutt - Bacharel em Ciências Sociais. Pós-doutoranda pelo Programa de Antropologia Social do IEA-USP, com área de interesse/linha de pesquisa em Políticas públicas.

Flavia Schwartzman - Bacharel em Nutrição. Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da FSP-USP, com área de interesse/linha de pesquisa em Alimentação escolar, Políticas públicas e segurança alimentar e nutricional.

José Raimundo Sousa Ribeiro Jr - Bacharel em Geografia. Pós-doutorando na Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA)-USP, com área de interesse/linha de pesquisa em Geografia Urbana.

Josimar Gonçalves de Jesus - Bacharel em Ciências Econômicas pelo Programa de Economia Aplicada da ESALQ-USP, com área de interesse/linha de pesquisa em Economia Aplicada. Pós-doutorando pela Esalq-USP.

Katia Maria Pacheco dos Santos - Bacharel em Engenharia Agrônoma, Pós-doutoranda pelo Programa de Pós Graduação da Esalq-USP, com área de interesse/linha de pesquisa em Políticas públicas.

Paulo Tadeu Meira e Silva de Oliveira - Bacharel em Estatística. Pós-doutorando pelo Programa de Estatística do Instituto de Matemática e Estatística (IME)-USP, com área de interesse/linha de pesquisa em estatística aplicada.

Simone Denise Gardinali Navacinsk - Bacharel em Comunicação Social. Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, na área de interesse/linha de pesquisa Interfaces Sociais da Comunicação. Pós-doutoranda pelo IEA-USP, com área de interesse em Comunicação Pública e Políticas Públicas.

Pós-graduandos

Adriana Adell Gomes - Bacharel em Nutrição. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da FSP-USP, com área de interesse/linha de pesquisa em políticas públicas e controle social.

Gustavo Carneiro Vidigal Cavalcanti - Bacharel pela FFLCH. Doutorando pelo Programa PROMUSSP/EACH-USP, com área de interesse/linha de pesquisa em políticas públicas.

Isabela Romanha de Alcantara - Bacharel em Administração. Doutoranda pela Programa de Economia Aplicada da Esalq-USP, com área de interesse/linha de pesquisa em Economia aplicada.

José Francisco Sanches Fonseca - Bacharel em História, com área de interesse/linha de pesquisa em história da pobreza na Idade Média. Doutorando pelo Programa de Pós - Graduação em História Social (PPGHS).

Mayara Regina Araújo dos Santos - Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas. É mestra pelo PPGI-EA (Esalq/CENA), com área de interesse/linha de pesquisa em segurança e soberania alimentar.

Patrícia Vieira - Bacharel em Nutrição. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da FSP-USP, com área de interesse/linha de pesquisa em políticas públicas.

